

“Tem que interromper já essa ilegalidade”

Venda da Embraer é um crime, alerta professor do ITA

Nelson Jr - STF



Governo feriu a Constituição e ameaçou a democracia, diz decano do STF

O ministro Celso de Mello, do Supremo Tribunal Federal, criticou a decisão de Bolsonaro de reeditar medida provisória que foi rejeitada pelo Parlamento, sobre a responsabilidade pela demarcação de terras indígenas no Brasil. O Congresso decidiu que a função é da Funai. **P. 3**

Governo corta os empréstimos da Caixa Econômica para o Nordeste

O governo reduziu drasticamente o volume de empréstimos da CEF para o Nordeste. O levantamento, feito com base nos números do próprio banco e do sistema do Tesouro Nacional, aponta que até julho, foram fechadas menos de dez operações para a região. **P. 2**

Ministério Público do Trabalho rebate Bolsonaro sobre trabalho escravo

“Questão de colchão fino, não. O que encontramos e que se caracteriza como trabalho análogo ao de escravo são trabalhadores tendo que dormir em curral, ou no chiqueiro”, denunciou o procurador-geral do Ministério Público do Trabalho, Ronaldo Fleury, ao rebater Bolsonaro que disse não existir trabalho escravo. **P. 5**

Freire defende “articulação melhor contra as medidas irracionais de Bolsonaro”

O presidente do Cidadania, Roberto Freire, advertiu que Bolsonaro demonstra enorme desprezo pela Constituição Federal. “Faz tudo o que ela determina que não se deve fazer”,



★ ★ ★ ★ ★



Entregam para a Boeing a parte nobre da empresa, denuncia Wagner Rocha

que está sendo apresentado como uma “parceria” entre duas empresas, nada mais é do que a aquisição pura e simples da Embraer pela Boeing”, diz Wagner Farias da Rocha, engenheiro e professor do Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA).

“A transferência do controle das atividades de engenharia, produção e comercialização da Embraer para organizações estrangeiras resultará na perda da capacidade da Embraer de projetar e produzir novos tipos ou modelos de aeronaves, incluindo aeronaves militares e executivas”, denuncia o professor. **Pág. 8**

Diretor do Inpe é demitido por mostrar alta do desmatamento

Divulgação - Governo do Maranhão



Governadores da Amazônia defendem Inpe e denunciam aumento do desmatamento

O Fórum de Governadores da Amazônia denunciou o aumento acelerado do desmatamento na região nos últimos meses. Representantes do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e Mara-

nhão também defenderam os dados produzidos pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), que apontam

aumento desenfreado do desmatamento na região amazônica, chamados, por Bolsonaro, de “mentirosos”. **Página 4**

de “mentirosos”. **Página 4**

O diretor do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), Ricardo Galvão, foi exonerado do cargo após a divulgação do aumento do desmatamento na Amazônia. Segundo Galvão, a situação ficou “insustentável” após Bolsonaro afirmar que os dados do instituto são mentirosos. Os dados divulgados pelo Inpe apontam um crescimento do desmatamento de 88% em junho na comparação com o mesmo período de 2018, um total de 920,4 quilômetros quadrados. **Pág. 4**

Guru de Bolsonaro aconselha que seu pupilo faça ‘alguns assassinatos’

O ex-astrólogo e auto-proclamado filósofo online Olavo de Carvalho, guru de Bolsonaro, escreveu nas redes sociais texto publicado na sexta-feira, entrincheirado em Richmond, Virgínia, capital dos escravagistas dos Estados Unidos: “Tudo o que essa gente consegue produzir com palavras são chavões e macaquices. Para fazer essa porcaria funcionar, ainda que só um pouquinho, é preciso muito tempo, muito dinheiro e alguns assassinatos”. **Página 3**

China: “escalada tarifária dos EUA é irresponsável”

Em resposta a Trump, que anunciou nova tarifa de 10% sobre US\$ 300 bilhões em importações da China e rompeu a trégua acertada em Osaka em junho, a China infomou que terá de tomar as “contramedidas necessárias” para defender seus interesses legítimos e repetiu que “não quer a guerra comercial, mas não a teme”. A nova sobretaxa passará a vigorar em setembro. **Página 7**

Agência Senado



Bolsonaro agrediu toda a OAB, afirma Marcelo Lavenère

“Foi uma agressão à OAB, não foi só uma pessoa física”, afirmou o ex-presidente da entidade,

um dos 12 que assinaram a ação para interpelar Bolsonaro pelo ataque ao atual presidente. **Pág. 3**

Boeing terceirizou software do 737 MAX para cortar custos

Pág. 7

Produção industrial desaba 5,9% em junho em todas as categorias

É o quarto resultado negativo no ano e o pior para meses de junho desde 2016

A produção industrial física desabou -5,9% em junho na comparação com junho de 2018. A queda de -0,6% na produção em junho em relação a maio (-0,1%) levou a indústria brasileira ao segundo mês negativo seguido. É o quarto resultado negativo no ano e o pior para meses de junho desde 2016.

Para o gerente da pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que divulgou a pesquisa na quinta-feira (1/8), André Macedo, “os resultados da indústria não têm nenhum sinal de uma recuperação no setor. Os sinais de junho não indicam qualquer possibilidade de uma reversão”.

Segundo os Indicadores Industriais da Confederação Nacional da Indústria (CNI), divulgados também nesta data, há, preponderantemente, variações negativas na comparação com maio após os ajustes sazonais.

“Todos os indicadores, quando dessazonalizados, terminaram o semestre abaixo do registrado em dezembro do ano passado. Nessa comparação, o faturamento caiu 5%; horas trabalhadas, 0,5%; o emprego, 0,3%; massa salarial, 3,9%; e o rendimento médio, 2,1%. A Utilização da Capacidade Instalada, por sua vez, recuou 0,1 ponto percentual”, diz a CNI.

QUEDA GENERALIZADA

Na comparação com junho de 2018, a queda na produção industrial atingiu todas as grandes categorias econômicas, 20 das 26 atividades, 56 dos 79 grupos e 61,2% dos 805 produtos investigados, com destaque para Bens Intermediários (-6,4%) e Bens de Consumo Duráveis (-6,1%).

Na comparação com maio, a produção da indústria caiu em 17 das 26 atividades e em todas as grandes categorias econômicas de bens intermediários, de consumo e de capital.

Segundo o IBGE, com esse resultado, a indústria está 17,9% abaixo do recorde alcançado em maio de 2011.

No fechamento do segundo trimestre, o setor teve queda de -1%, na comparação com o mesmo trimestre de 2018. E no acumulado do ano, de janeiro a junho, a queda é de -1,6%.

A pesquisa apontou resul-

tados negativos também nos últimos 12 meses, com recuo de -0,8%, mantendo a trajetória descendente iniciada em julho do ano passado.

JUNHO

Entre as 17 atividades que puxaram a produção para baixo em junho, na comparação com maio, estão produtos alimentícios (-2,1%), máquinas e equipamentos (-6,5%) e veículos automotores, rebocados e carrocerias (-1,7%).

Essas três atividades representam cerca de um terço da produção total e seguiram o comportamento da indústria, com seu segundo mês de queda. “São segmentos importantes que precisam de uma demanda doméstica mais fortalecida e que são diretamente afetados por um mercado de trabalho ainda longe de uma recuperação consistente”, destacou André Macedo.

Na comparação com o mês de maio, quando houve perdas em todas as grandes categorias econômicas, a queda mais intensa foi de -1,2% em bens de consumo semi e não duráveis. As demais taxas negativas foram em bens de consumo duráveis (-0,6%), de capital (-0,4%) e intermediários (-0,3%).

Contudo, o governo Bolsonaro, além de tentar meter a mão no dinheiro dos aposentados, para entregar aos bancos, corta investimentos públicos e mantém os juros reais nas alturas – com a taxa Selic em 6%, além de apresentar como solução para “impulsionar” a economia – o saque do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

Como já dizia o empresário Mário Bernardini, diretor de Competitividade da Associação da Indústria de Máquinas e Equipamentos (ABIMAQ), “a liberação de FGTS é band aid para caso que requer quimioterapia”.

Segundo Bernardini, tomando como base a liberação de recursos do FGTS e do PIS/Pasep no governo Temer, é sabido que metade dos recursos vai para pagar dívidas, “o que é muito bom porque desalavanca as famílias, e que só metade vai para o consumo”.

“Essa parte que vai para o consumo é muito pouco. Acho que isso é um band aid para um caso que precisa de quimioterapia. E a quimioterapia, neste caso, é investimento público em infraestrutura escolhendo aqueles setores que têm mais conteúdo em construção civil, que responde mais à fila do desemprego, e tocando as coisas que já estão prontas”, afirmou.

Sobe número de famílias endividadas

O número de famílias endividadas aumentou em julho, atingindo 64,1% dos lares brasileiros, segundo a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência da Confederação Nacional do Comércio (CNC), divulgada na terça-feira (1). Em junho, eram 64,0% o número de famílias endividadas. Também houve alta em relação a julho de 2018, quando o indicador alcançou 59,6% do total de famílias. É a sétima alta seguida mantendo-se em níveis elevados, sendo o maior percentual desde julho de 2013.

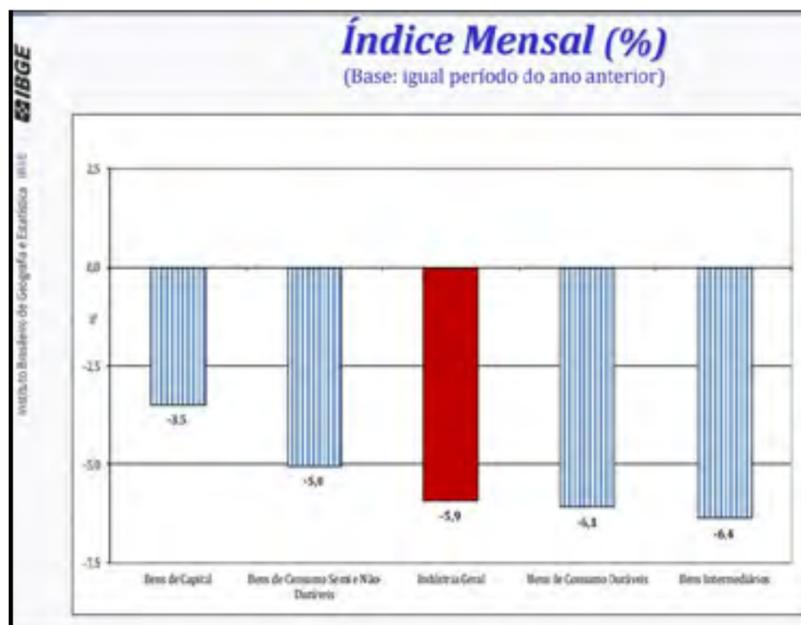
Em janeiro, eram 60,1% as famílias endividadas.

Na comparação interanual, houve um aumento expressivo de 7,5% do endividamento das famílias, numa tendência de alta, acentuada depois da posse de Bolsonaro.

As dívidas consideradas na pesquisa foram com cheque pré-datado, cartão de crédito, cheque especial, carne de loja, empréstimo pessoal, prestação de carro e seguro.

O Cartão de Crédito foi apontado em primeiro lugar como um dos principais tipos de dívida por 78,4% das famílias endividadas.

Com o desemprego e o su-



IBGE: a indústria está 17,9% abaixo do recorde alcançado em maio de 2011

Governo discrimina o Nordeste cortando empréstimos da Caixa Econômica Federal

O governo Bolsonaro reduziu drasticamente o volume de empréstimos da Caixa Econômica Federal à região Nordeste. O levantamento, feito com base nos números do próprio banco e do sistema do Tesouro Nacional, aponta que até julho, foram fechadas menos de dez operações para a região, que juntas totalizam R\$ 89 milhões, ou cerca de 2,2% do total – volume muito menor do que em anos anteriores.

Em todo o país, o banco autorizou novos empréstimos no valor de R\$ 4 bilhões para governadores e prefeitos até julho. No ano passado a região recebeu R\$ 1,3 bilhão, o que equivale a 21,6% dos R\$ 6 bilhões fechados pela Caixa em operações para governos regionais. Em 2017, o banco contratou R\$ 7 bilhões, dos quais R\$ 1,3 bilhão foi direcionado para governadores e prefeitos nordestinos, 18,6% do total.

O presidente da Caixa, Pedro Guimarães, orientou em mais de uma ocasião para que o banco não cedesse empréstimos para governadores e prefeitos do Nordeste, segundo reportagem do Estadão divulgada na quinta-feira (1°).

Questionado em entrevista na sexta-feira (02), Bolsonaro colocou o presidente da CEF, Pedro Guimarães, no viva-voz para dar as explicações. Ele não explicou nada. “Isso daí, presidente, é algo que simplesmente pegaram um dado específico, mas será analisado. Mas se é 20%, 15%, essa é uma análise técnica. E matemática”, justificou.

Bolsonaro apoiou a enrolação de seu funcionário comparando os números da CEF com os do Inpe, sobre o índice de desmatamento que, segundo ele, estaria superestimado. “É a mesma coisa do Inpe”, disse ele.

O presidente da Frente Parlamentar do Pacto Federativo e vice-líder do PRB, deputado Sílvio Costa Filho (PE),

afirmou na sexta (2) que vai pedir que a Câmara dos Deputados convide Pedro Guimarães a comparecer à Casa legislativa para dar as explicações.

Isso gera uma preocupação que eu tinha, tendo em vista várias conversas com empresários de Pernambuco e do Nordeste. Havia essa preocupação da falta de prioridade da Caixa para fomentação de novos empreendimentos no Nordeste”, disse Sílvio Costa.

Ainda segundo Guimarães, o valor desembolsado pela Caixa para o Nordeste “não chega nem perto deste número e é da ordem de 20% a 30% do que tem sido desembolsado” pelo banco. E justificou que a liberação de recursos sofre influências sazonais (situações atípicas para um determinado período do ano) e que a concessão de recursos leva em conta a qualidade de risco de cada estado, e ainda as garantias atreladas. Conforme Guimarães, o banco não empresta a estados sem garantia.

Após a denúncia, a Caixa apressadamente elevou o percentual de novos empréstimos aos Estados e municípios do Nordeste de 2,2% para 3%, nos últimos quatro dias. Seis novos empréstimos foram concedidos para municípios, entre eles estão dois da Bahia e um do Piauí. Na sexta-feira, Pedro Guimarães afirmou que o banco não tem uma política de redução de empréstimos para o Nordeste.

Os desembolsos apontados por Guimarães são diferentes de novas contratações, isso porque os desembolsos são empréstimos já firmados por governos anteriores.

Existe uma demanda grande de governadores e prefeitos que precisam de crédito para bancar obras de infraestrutura, que podem gerar empregos na região nordeste. Há uma fila de pedidos que não foram autorizados pela instituição, entre eles está a prefeitura de São Luís (MA), que busca um finan-

ciamento de R\$ 133 milhões. O pedido do prefeito Edivaldo Holanda Júnior (PDT) foi feito no dia 9 de maio e até hoje não houve uma resposta.

O governo da Paraíba, de João Azevedo (PSB), também fez um pedido de R\$ 188 milhões, no dia 11 de junho, e também ficou sem resposta.

Entretanto, essa morosidade de resposta no atendimento de pedidos de empréstimos cedidos pela Caixa não foi levada em consideração ao se tratar do prefeito de Florianópolis, o ex-MDB Gean Loureiro, que hoje está sem partido. Loureiro havia feito pedido de R\$ 100 milhões em crédito ao banco para obras de infraestrutura, transporte, energia e logística no início de julho, e foi atendido em menos de uma semana e anunciado solenemente por Pedro Guimarães no dia 17 de julho, quando visitou a cidade.

Segundo o Estadão, a orientação do governo para a área técnica da Caixa era de não aprovar os empréstimos para a região mesmo estando tudo certo. “A estratégia foi protelar até os documentos vencerem em 30 de junho”, destaca a matéria.

O governador do Piauí, Wellington Dias (PT), precisou recorrer à Justiça para conseguir um desembolso da Caixa de R\$ 293 milhões em 8 de julho; e mesmo depois de decisão favorável, teve que esperar algumas semanas. A operação foi travada por pendências de documentação, porém, o governo estadual as sanou e conseguiu que a Justiça determinasse o repasse.

Em Goiânia, a situação foi bem diferente. O prefeito de Goiânia, Iris Rezende (MDB), recebeu sinalização de que vai conseguir R\$ 780 milhões para mobilidade urbana mesmo sem aval da União – isso significa que se o município der calote, o governo federal não irá cobrir o prejuízo ao Banco. O pedido de Rezende foi feito em 7 de julho.

Guedes anuncia que vai se desfazer dos Correios

O ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou na quinta-feira (1°) que a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (Correios) será a próxima estatal a ser privatizada no governo Bolsonaro.

Após a entrega da BR Distribuidora, “a dos Correios deve estar por vir”, disse Guedes, em uma palestra realizada pela Universidade Feevale na cidade gaúcha de Novo Hamburgo. Citando a Petrobrás, a Eletrobrás e os Correios, o guru de Bolsonaro enfatizou ainda seu desejo de vender tudo que for patrimônio do povo brasileiro, mas resmungou, dizendo que isso só não será possível porque no Brasil existe democracia.

“Eu queria vender todas [estatais], mas não vou conseguir. Eu queria toda a Previdência [proposta de reforma do governo], mas não vou conseguir. Mas esta é uma das belezas da democracia: as decisões são compartilhadas e a gente tem que respeitar estas mudanças”, lamentou.

Segundo o ministro, a venda dos Correios seria importante para ajudar a pagar pensões dos aposentados dos servidores da estatal, cujo fundo de pensão, o Postalís, acumula déficits financeiros e investigações por má gestão, como se ele estivesse preocupado com os aposentados.

Falando em gestão fraudulenta ou temerária, Paulo Guedes, que é conhecido golpista do setor financeiro, é investigado pelo Ministé-

rio Público Federal (MPF) por fraude em fundos de pensão dos trabalhadores de estatais federais, com o Postalís (Correios), Petros (Petrobrás), a Previ (Banco do Brasil), Funcef (Caixa), da Fundação dos Economistas Federais (Funcef) e BNDES-Par, que é um braço de investimentos do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social).

De acordo com uma investigação da Procuradoria da República no Distrito Federal (PRF/DF), com base em informações da Superintendência Nacional de Saúde Complementar, Guedes teria angariado em operações para captar e aplicar, através de suas empresas a partir de 2009, cerca de R\$ 1 bilhão.

Leia mais no site



Mario Bernardini, diretor da Abimaq
Brasil só cresce com emprego e investimento público, diz Bernardini

Na coletiva de imprensa que divulgou resultados devastadores sobre a indústria de bens de capitais, o diretor da Abimaq (Associação Brasileira de Máquinas e Equipamentos), Mario Bernardini, afirmou que sem a retomada do investimento público e recuperação do emprego, o Brasil não crescerá. Na ocasião, a entidade apresentou um balanço que aponta queda de -12,1% nas vendas de máquinas e equipamentos em junho ante o mesmo período do ano passado, e de -6,1% apenas na passagem de maio para junho.

“O crescimento econômico e retomada do crescimento é prioridade número um desse país, mais do que as reformas. O que tem que fazer a curto prazo é recuperar os investimentos”, disse Bernardini, retorquindo as afirmações do governo de que o Brasil retomaria o crescimento com a aprovação de reformas, como a da Previdência, ou flexibilizando regras trabalhistas.

“O Brasil não pode se dar ao luxo de ficar mais dois anos nessa situação de desemprego elevado. Minha posição pessoal é que o governo deixe de lado a ideologia [de ser liberal] e que tome medidas para retomar os investimentos públicos”, disse.

“A equipe econômica, liberal, acredita que estado não deve investir na economia. Mas, neste momento, acho que eles deveriam abrir uma exceção porque o Brasil precisa de retomada do crescimento no curto prazo”, opinou.

A aquisição de máquinas e equipamentos está intimamente relacionada com o investimento, já que fornece maquinário para a indústria num geral. Sem demanda, a base da Abimaq logo sente o reflexo da crise.

A taxa de investimento no Brasil atingiu, no primeiro trimestre de 2019, o nível mais baixo dos últimos 50 anos. O volume de investimentos em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) caiu de 15,8% no último trimestre do ano passado para 15,5% nos primeiros três meses de 2019. A fatia pública da chamada formação bruta de capital fixo (FBCF) que, historicamente, funciona como propulsora do investimento privado e, por consequência, do crescimento da economia, está hoje em apenas 2,43%.

Para se ter uma ideia do quão deprimida é essa participação, na década de 70 o investimento público representava mais de 40% da taxa geral de investimento.

PRISCILA CASALE

Escreva para o HP
horadopovo@horadopovo.com.br

HP
HORA DO POVO
é uma publicação do
Instituto Nacional de
Comunicação 24 de agosto
Rua José Getúlio, 67, Cj. 21
Liberdade - CEP: 01509-001
São Paulo-SP
E-mail: inc24agosto@uol.com.br
C.N.P.J 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto
Redação: fone (11) 2307-4112
E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br
E-mail: comercial@horadopovo.com.br
E-mail: hp.comercial@uol.com.br
Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000
Sucursais:
Rio de Janeiro (RJ): IBCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679
E-mail: hprj@oi.com.br
Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Mária, sala 708 - CEP 70301-000
Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@ig.com.br
Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506 Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480
E-mail: horadopovomg@uol.com.br
Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317 - E-mail: horadopovobahia@oi.com.br
Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004
Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603
E-mail: horadopovope@yahoo.com.br
Belém (PA): Avenida Almirante Barroso/Passagem Ana Deusa, 140 Curió-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823
Correspondentes: Fortaleza, Natal, Campo Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

www.horadopovo.com.br

Roberto Freire defende união contra “medidas irracionais de Bolsonaro”

O presidente do Cidadania23, Roberto Freire, advertiu que, em poucos meses de mandato, Bolsonaro demonstrou que tem enorme desprezo pela Constituição Federal. “O que deveria ser o livro de cabeceira de todo homem público, ele já mostrou que ignora. Faz tudo o que ela determina que não se deve fazer”, afirmou.

Em entrevista ao HP, ele defendeu que as oposições “precisam se articular melhor” e fazer frente a essa situação no Congresso Nacional, para frear “essa sucessão de medidas irracionais por meio de decretos legislativos e outros instrumentos políticos”.

Roberto Freire avaliou que os ataques de Bolsonaro ao presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Felipe Santa Cruz, evidenciam seu despreparo para o exercício da função.

Após divulgar nota com severas críticas aos insultos do presidente à memória de Fernando Santa Cruz, pai de Felipe, que foi assassinado pela ditadura em 1974, Freire disse que Bolsonaro “sempre se caracterizou como uma pessoa sem maior controle emocional”.

O presidente do Cidadania, que já exerceu mandato na Câmara dos Deputados ao mesmo tempo que o atual ocupante do Palácio do Planalto, lembra que a passagem dele pelo legislativo é reveladora de uma personalidade descontrolada.

“Era incontinência verbal e destempero o tempo todo. Quem imaginava que ele poderia mudar na Presidência, está vendo que isso não é factível”, observou o ex-deputado federal e ex-ministro da Cultura.

Roberto Freire destacou que, no exercício da presidência, Bolsonaro “não fala de nenhum assunto importante para o país, não trata das questões relevantes, o que está acontecendo”. “Está sempre buscando uma agressão, uma forma de confrontar as pessoas”, acrescentou.

WALTER FÉLIX

Lavenère: ataque não foi só a Felipe, foi contra toda a OAB



Felipe Santa Cruz, presidente da OAB, manifestou em nota o orgulho do pai

Presidente feriu a Constituição e ameaçou a democracia, aponta decano do Supremo

O ministro Celso de Mello, do Supremo Tribunal Federal (STF), criticou, no sábado, em entrevista ao jornal “O Estado de S. Paulo”, a decisão de Jair Bolsonaro de reeditar medida provisória que foi rejeitada pelo Parlamento, sobre a responsabilidade pela demarcação de terras indígenas no Brasil. O Congresso Nacional decidiu que esta responsabilidade era da Fundação Nacional do Índio (Funai) – e Bolsonaro queria que fosse do Ministério da Agricultura.

“No momento em que o presidente da República, qualquer que ele seja, descumpra essa regra, transgredir o princípio da separação de Poderes, ele minimiza perigosamente a importância que é fundamental da Constituição da República e degrada a autoridade do Parlamento brasileiro”, afirmou o decano do STF.

“No momento em que se transgredir a autoridade da Constituição da República, vulnera-se a própria legitimidade do estado democrático de direito”, acrescentou.

As afirmações do ministro foram feitas depois que o STF derrubou a decisão do governo sobre a demarcação das terras indígenas e obrigou Bolsonaro a recuar da medida, inicialmente tentando culpar assessores, mas,



Ministro Celso de Mello: inaceitável transgressão

depois, sendo obrigado a admitir que a responsabilidade pela tentativa de atropelo do Congresso Nacional, com a reedição da MP, era dele mesmo.

Celso de Mello ressaltou que “o regime democrático, muitas vezes, se expõe a situações de risco, mas eu confio que o regime democrático vai ser preservado em plenitude, ao menos enquanto o Supremo Tribunal Federal julgar com independência, como tem efetivamente julgado”. “A finalidade maior da Constituição é estabelecer um modelo de institucionalidade que deva ser observado e que deva ser respeitado por todos”, prosseguiu o ministro.

“A história do Supremo Tribunal Federal, desde a primeira década republicana, nos tem revelado que tentativas de intimidação não têm efeito algum. O Supremo tem

se mantido fiel ao cumprimento de sua alta missão institucional, que consiste na tarefa de ser o guardião da ordem constitucional”, lembrou Celso de Mello.

Diante das últimas derrotas que o Supremo tem imposto ao governo, o órgão passou a ser atacado por milícias digitais incentivadas por bolsonaristas. O decano alertou que o STF não se deixa intimidar. “Pedidos de impeachment sem causa legítima não podem ter e jamais terão qualquer efeito inibitório sobre o exercício independente pelo Supremo Tribunal Federal de suas funções constitucionais. O direito de o público protestar é legítimo, ninguém neste país pode ser calado. Qualquer cidadão tem, sim, o direito de protestar. E o direito legítimo. Agora, intimidações, não são”, observou.

Governo quer expulsar assentados e devolver terras a latifundiários

O governo Jair Bolsonaro vai rever o pouco que foi feito de reforma agrária no Brasil nos últimos anos e devolver terras aos latifundiários. Luiz Antônio Nabhan Garcia, o miliciano da UDR que ocupa a Secretaria de Assuntos Fundiários do Ministério da Agricultura, disse que vai “fazer acordos” com os fazendeiros.

“Vai ter reintegração de posse. Mas o objetivo é que a família seja acomodada em outro lote, desde que cumpra requisitos previstos em lei”, diz o grileiro.

O representante dos grileiros disse, em entrevista no domingo (04) ao jornal Estado de S. Paulo, que, com isso será possível “des-travar” investimentos no campo”. “São casos em que os proprietários defendem que o espaço é produtivo e não deveria ser desapropriado ou argumentam que receberam pouco pelos terrenos”, prossegue Nabhan.

“O objetivo é iniciar a investida ainda neste semestre”, acrescentou o miliciano.

A Reforma Agrária tem sido protelada no Brasil desde a derrubada do governo João Goulart em 1964. Até agora, o que houve foi uma mera política de assentamentos rurais, sem um projeto mais amplo de Reforma Agrária. E, mesmo assim, Bolsonaro quer desfazer o que foi feito.

A média anual de assentamentos do governo FHC foi de apenas 67 mil; no governo Lula, melhorou um pouco para 76 mil; no governo Dilma (primeiro mandato), despencou para 27 mil. Nesse ritmo levaria 64 anos para assentar as 4 milhões de famílias de trabalhadores rurais sem terra existentes atualmente (posseiros, parceiros, arrendatários, assalariados rurais temporários e mini fundistas com até 5 há). Com Temer a coisa ficou parada e, agora, com Bolsonaro, passou a andar para trás.

A Constituição permite à União desapropriar imóveis rurais e declarar, por meio de decreto, o interesse social da terra para efeito de reforma agrária. Neste processo, o Incra ajuíza ação de desapropriação, após depositar em juízo uma indenização calculada pelo órgão. Os laudos de vistoria e a indenização podem ser contestados administrativamente ou judicialmente pelo proprietário.

Das cerca de 975 mil famílias que estão as-

sentadas hoje no País, só uma parcela pequena recebeu o documento que dá direito à propriedade definitiva da terra, segundo o Ministério da Agricultura. No Nordeste, por exemplo, só 5% das famílias assentadas têm o título final. O documento dá às famílias acesso a linhas de créditos para a agricultura familiar.

As famílias que pleiteiam terras começam, em geral, como acampados (para o governo são invasores). Depois, se cumprirem requisitos, são assentadas enquanto aguardam a propriedade definitiva da área. Os assentamentos do Incra ocupam 88 milhões de hectares de terra. O governo afirma que 25% dessa área está sendo ocupada por famílias que descumprem os requisitos necessários, como produzir regularmente.

O Secretário de Assuntos Fundiários de Bolsonaro, chefe de uma milícia rural, se gaba de ter reduzido o número de invasões de terras no país. Ele disse que houve queda de ocupações devido à postura mais dura contra invasões. “De janeiro para cá, as invasões acabaram”, afirma.

A Coordenadora nacional do MST, Kelli Mafort, diz que espera um esclarecimento “técnico” da proposta. “A meu ver, não resolve o problema, mas aumenta o conflito, porque desconsidera os possíveis beneficiados, que são as famílias”, afirma. Segundo ela, na maioria das vezes, em terras desapropriadas onde não há ninguém acampado existe explicação: as pessoas foram despejadas por ordem judicial e migraram para margens das estradas.

Ela observa que, pela legislação, áreas classificadas como improdutivas no período em que ocorreu a desapropriação não podem estar na mesa de negociação. “Essa medida (mutirão) pode esbarrar na lei vigente”, afirma. “Se não estiver cumprindo a função social, a terra tem de ser arrecadada para a reforma agrária”.

Kelli afirma que o número de acampamentos improvisados após a eleição de 2018 caiu, mas que, nos últimos meses, o MST identificou uma retomada devido ao desemprego à crise econômica. “Tem família chegando aos acampamentos depois que passou a fase do medo, do discurso raivoso do Bolsonaro”, avalia. “São pessoas que não conseguem pagar o aluguel, colocar comida na mesa”.

Olavo de Carvalho recomenda a seu pupilo “alguns assassinatos”

O que está ao lado é uma reprodução do Twitter do guru de Bolsonaro, o ex-astrologia e auto-proclamado filósofo online Olavo de Carvalho. O texto foi publicado na última sexta-feira, dia 02/08.

Entretanto, a menção a “alguns assassinatos” de brasileiros para “fazer essa porcaria [isto é, o Brasil] funcionar” não corresponde ao verdadeiro e sagaz pensamento carvalhista, por ora entrincheirado em Richmond, Virgínia, capital dos escravagistas dos EUA.

Carvalho está, como diz o povo, escondendo o jogo – ou, se não é jogo, escondendo as suas propensões. Em dezembro de 2018, entrevistado por Brian Winter, editor-chefe da revista Americas Quartely, ele foi indagado sobre a declaração de Bolsonaro de que “o erro da Ditadura foi torturar e não matar”.

O desequilibrado guru do desequilibrado atual presidente respondeu que “às vezes eu penso assim”, causando escândalo no entrevistador. Mas Carvalho continuou:

“Nós vemos toda a



Olavo de Carvalho @oproprilavo

Tudo o que essa gente consegue produzir com palavras são chavões e macaquices. Para fazer essa porcaria funcionar, ainda que só um pouquinho, é preciso muito tempo, muito dinheiro e alguns assassinatos.

[No original: “The Americans are idealistic people with good hearts. They believe other peoples are the same. Well, let me tell you something: Outside of (this country), there are just filhos de puta” (cf. Jair Bolsonaro’s Guru)].

“Filhos da puta”, conceito central da filosofia carvalhista, categoria que abarca toda a humanidade, com exceção dos americanos, foi pronunciado em português brasileiro.

Certamente, porque ele considera que os brasileiros são mais filhos da puta que os outros povos. Daí, a pregação de assassinato... C.L.

Marcelo Lavenère e mais 11 ex-presidentes da OAB assinaram a interpelação no STF para que Bolsonaro explique suas declarações sobre o assassinato de Fernando Santa Cruz, pai do presidente da OAB, na época com apenas 2 anos

Há muito tempo não havia, no Brasil, uma união tão grande – e tão resolvida – quanto aquela formada, nos últimos dias, pelo repúdio às declarações de Bolsonaro sobre o assassinato de Fernando Santa Cruz, pai do presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Felipe Santa Cruz.

Certamente, não é, ainda, uma unanimidade, até porque toda sociedade – pelo menos na época em que vivemos – tem a sua banda podre.

Mas a extensão e a profundidade do repúdio foi imensa – talvez porque, como disse a vice-governadora de Pernambuco e presidente nacional do PCdoB, Luciana Santos, “Jair Bolsonaro não é só da ditadura, ele é dos porões da ditadura”.

Na quarta-feira (31/07), quando o presidente da OAB entrou com uma interpelação no Supremo Tribunal Federal (STF) para que Bolsonaro explique suas declarações, nada menos que 12 ex-presidentes da OAB assinaram, também, a ação.

Marcelo Lavenère, que foi presidente da OAB durante o impeachment de Collor – do qual foi, com Barbosa Lima Sobrinho, um dos subscritores – disse, então, algo que reflete esse clima: “*Esses 12 ex-presidentes nunca se juntaram. Havia divergências sobre ditadura, Lula, Fernando Henrique... E a primeira vez na história da OAB que a totalidade de seus ex-presidentes se juntam para interpelar o presidente por falta de ética, vergonha e humanidade*”.

Segundo a opinião – ou o sentimento – de Lavenère, as declarações de Bolsonaro foram “uma agressão à OAB, não foi só a uma pessoa física, mas enquanto entidade”.

E avaliou: “*Vejo uma situação muito parecida com a evolução que o Collor teve. Sendo que com Collor eram coisas muito mais amenas e menos graves do que o presidente Bolsonaro está fazendo. Quando isso começar a contaminar os órgãos de comunicação – o que já começou – vai perder o apoio da opinião pública e o caminho será um só: a queda*”.

Bolsonaro escarneceu do “desaparecimento” do pai de Felipe Santa Cruz (“*Um dia se o presidente da OAB quiser saber como é que o pai dele desapareceu no período militar, eu conto para ele. Ele não vai querer ouvir a verdade. Eu conto para ele*”).

Horas depois, acrescentou, a essa indignidade, outra: a de que Fernando Santa Cruz fora assassinado por seus companheiros, que lutavam também contra a ditadura – e, bem entendido, tratava-se da ditadura do AI-5, um regime terrorista e sem lei, baseado no medo, na tortura, no assassinato.

O caso de Fernando é conhecido da OAB muito antes que seu filho se tornasse advogado. Em 28 de maio de 1974, três meses após

o seu desaparecimento, o Conselho Federal da Ordem discutiu o caso de Fernando – e não havia dúvida alguma, como jamais houve depois, de que fora preso pelos órgãos de repressão da ditadura (v. HP 01/08/2019, Censura sobre prisão de pai do presidente da OAB mostra como Bolsonaro mente).

A prisão de Fernando foi denunciada por um dos maiores advogados da História do país, Francisco de Assis Serrano Neves, na época, membro do Conselho da OAB.

Felipe Santa Cruz, quando isso aconteceu, tinha dois anos de idade.

Seu pai foi assassinado durante a “Operação Cacaú”, cujo objetivo era exterminar a Ação Popular, a organização de que Fernando Santa Cruz fazia parte (existe um relatório do Centro de Informações do Exército – CIE – sobre a operação, enviado ao Serviço Nacional de Informações, SNI, mas, nele, Fernando não é mencionado).

Nessa operação de extermínio foram – além de Fernando Santa Cruz e seu amigo Eduardo Collier Filho – assassinados:

- o presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE), **Honestino Guimarães**;

- o ex-deputado **Paulo Stuart Wright**;

- o ex-presidente do Diretório Acadêmico da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Pernambuco, **Umberto Câmara Neto**;

- o ex-presidente do Centro Acadêmico da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, **João Carlos da Mata Machado**;

- e o ex-vice-presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE) **Gildo Lacerda**.

A ditadura censurou, na época, todas as notícias referentes às prisões e assassinatos.

São essas e outras coisas, que pareciam, em parte – somente em parte – esquecidas, que as declarações de Bolsonaro fizeram eclodir.

O que fez com que esse desequilibrado aparecesse sob a luz da verdade para milhões de pessoas, para milhões de brasileiros: trata-se de um covarde e de um mentiroso.

Em Recife, na sexta-feira (02/08), o irmão de Fernando, Marcelo Santa Cruz, lembrou a longa procura, ainda sob a ditadura: “os órgãos de segurança debochavam de nós e nos davam informações falsas”, mas, disse ele, “em 45 anos de busca por meu irmão, nunca vi uma crueldade como esta declaração feita pelo presidente”.

“Bolsonaro pode até discordar de Fernando ou Felipe, mas não pode dizer esse tipo de coisa para atingir a criança que perdeu o pai aos 2 anos de idade”, disse Marcelo.

Na quinta-feira (1º), o ministro do STF Luís Roberto Barroso deu um prazo de 15 dias para que Bolsonaro explique suas declarações.

Bolsonaro demite diretor do Inpe que detectou aumento do desmatamento

Após incentivar a sanha de grileiros e madeiros pela destruição da floresta, o governo agora resolve desqualificar os dados apontados pelo Inpe

O diretor do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), Ricardo Galvão, confirmou, no início da tarde da sexta-feira (2), que será exonerado do cargo após a divulgação do aumento do desmatamento na Amazônia.

Segundo Galvão, a situação ficou “insustentável” após Bolsonaro afirmar que os dados do instituto são mentirosos. Na quinta-feira (1), Bolsonaro havia ameaçado Ricardo Galvão de demissão. “Se quebrou a confiança, vai ser demitido sumariamente”, disse Bolsonaro.

Bolsonaro, outra vez, mentiu ao dizer que “não tem desculpa para nenhum subordinado ao governo divulgar dado com esse peso de importância”.

O Inpe jamais divulgou diretamente qualquer dado sobre desmatamento. Todos os dados são passados ao Ibama e depois publicados no site Terrabrasil.

“Diante da maneira como eu me manifestei com relação ao presidente, criei um constrangimento, ficou insustentável e eu serei exonerado”, afirmou Galvão, na sexta-feira, após reunião com o ministro de Ciência e Tecnologia, Marcos Pontes.

O professor Galvão, após ser ofendido por Bolsonaro (“quanto ao Inpe eu tenho a convicção que os dados são mentirosos. Até mandei ver quem é o cara que está à frente do Inpe para vir explicar aqui em Brasília esses dados aí, que passaram para a imprensa. Até parece que ele está a serviço de alguma ONG, o que é muito comum”), declarou:

“O sr. Jair Bolsonaro precisa entender que um presidente da República não pode falar em público, principalmente em uma entrevista coletiva para a imprensa, como se estivesse em uma conversa de botequim.

“Ele fez comentários impróprios e sem nenhum embasamento e fez ataques inaceitáveis não somente a mim, mas a pessoas que trabalham pela ciência desse País. Ele disse estar convicto de que os dados do Inpe são mentirosos. Mais do que ofensivo a mim, isso foi muito ofensivo à instituição.”

Galvão, um dos cientistas mais renomados do Brasil, apontou a causa do aumento do desmatamento: “o que aconteceu com declarações do presidente Bolsonaro, ainda na campanha e depois que assumiu, passaram uma mensagem de que não vai mais ter punição. Aí as pessoas estão reagindo com base nessa mensagem que ele claramente passou”.

“Eu sou um senhor de 71 anos, membro da Aca-

demia Brasileira de Ciências, não vou aceitar uma ofensa desse tipo. Ele [Bolsonaro] que tenha coragem de, frente a frente, justificar o que ele está fazendo” (v. HP 20/07/2019, Desmatamento: atitude de Bolsonaro é “pusilânime, covarde”, afirma diretor do Inpe).

O cientista recebeu a solidariedade de toda a comunidade científica. Bolsonaro não teve coragem de chamar Galvão para repetir o que dissera (v. HP 22/07/2019, Bolsonaro foge de diretor do Inpe; SBPC e Academia de Ciências defendem instituição).

Os dados divulgados pelo Inpe, por meio do Sistema de Detecção de Desmatamento em Tempo Real (Deter), apontam crescimento do desmatamento de 88% em junho na comparação com o mesmo período de 2018, um total de 920,4 quilômetros quadrados.

Entre 1º e 25 de julho de 2019, a extensão dos alertas de desmatamento já ultrapassou a marca de 1.864 quilômetros quadrados, mais do que triplicou em relação a julho de 2018.

Em resposta à publicação dos dados, Bolsonaro atacou o Inpe e seus cientistas, outra vez dizendo que os números são falsos e produto de uma conspiração para “desgastar a imagem do país”.

Para ele, não são os desmatadores, que incentiva, que, além de destruir o meio ambiente por mera ganância, desgastam a imagem do país, mas os instrumentos e cientistas que detectam o aumento do desmatamento.

Além disso, Bolsonaro anunciou que pretende terceirizar o monitoramento das florestas.

Os ataques de Bolsonaro contra o instituto começaram no dia 19 de junho quando, em encontro com jornalistas estrangeiros, ele afirmou que os dados do Inpe eram “mentirosos” e insinuou que Galvão estaria “a serviço de alguma ONG”. O pesquisador reagiu afirmando que a atitude do presidente havia sido “pusilânime e covarde”.

Ricardo Galvão está no Inpe desde 1970 e cumpria mandato à frente do órgão até 2020. Após o encontro com Pontes nesta sexta-feira, Galvão disse que concordou com a decisão pela sua saída e que sua maior preocupação no encontro era que a crise não respingasse no Inpe. “Discutimos em detalhes como vai ser a continuação da administração do Inpe”.

Segundo o pesquisador, ele não precisou defender os dados do Inpe diante do ministro: “Ele concorda com os dados do Inpe, sabe como funciona [o monitoramento]”.

Diretor do INPE foi demitido por não se acovardar, disse Marina

A ex-ministra do Meio Ambiente Marina Silva (REDE) criticou a exoneração de Galvão: “O diretor do INPE não foi demitido por incompetência. Está sendo demitido por sua extrema competência, altivez e por dirigir uma instituição de Estado que prima pelo interesse público e por não se acovardar diante das ameaças da triade (Ricardo Salles, General Augusto Heleno e Bolsonaro), que se levantou para intimidar e desmoralizar a instituição”, disse Marina.

“Tentaram sem êxito desacreditar o seríssimo trabalho de monitoramento do desmatamento da Amazônia, feito pelo INPE há mais de 30 anos, e que virou a maior referência internacional no assunto”, destacou a ex-ministra.

Marina destacou ainda que o ataque de Bolsonaro contra o Inpe acontece “sem conseguir apresentar nenhuma evidência técnica e nem científica, ficaram com frases toscas e

vazias, eivadas de mentiras e preconceitos”.

“Bolsonaro tenta destruir uma instituição de 50 anos de existência, tentando impor a lei da mordada e do autoritarismo [...] O ataque ao INPE é o ataque à honradez, à competência, à ciência, ao interesse público e à Constituição!”, pontuou Marina.



Professor e membro da Academia Brasileira de Ciências, Ricardo Magnus Osório Galvão



Dados do Inpe revelam aumento brutal do desmatamento na região amazônica

Governadores da Amazônia Legal defendem Inpe e denunciam aumento do desmatamento

Os governadores dos Estados que compõem a chamada Amazônia Legal (Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e Maranhão) denunciaram o aumento acelerado do desmatamento na região nos últimos meses. Durante o 18º Fórum de Governadores, realizado em Palmas, Tocantins, na sexta-feira (2), eles também defenderam os dados de desmate produzidos pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe).

“Os governadores manifestam firmemente a preocupação com o avanço do desmatamento ilegal na Amazônia Legal e ratificam o compromisso institucional de buscar mecanismos reais que garantam o desenvolvimento sustentável da região”, diz o documento publicado ao final do encontro.

As declarações dos governadores ocorreram horas antes do diretor do Inpe, Ricardo Galvão, ser exonerado do cargo por Bolsonaro.

Durante o evento, os governadores, especialmente Flávio Dino (PCdoB), do Maranhão, e Helder Barbalho (MDB), do Pará, defenderam a veracidade dos dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), que apontam aumento desenfreado do



desmatamento na região amazônica, chamados, por Bolsonaro, de “mentirosos”.

“É claro que tudo pode ser questionado, porém de modo embasado. Nós não podemos pegar um dado científico e questionar apenas ideologicamente”, disse Dino.

Helder Barbalho disse que o monitoramento realizado pelos próprios Estados também identificou o crescimento na área desmatada. “É importante registrar, até para que não se haja de maneira desleal, de que não é algo que tenha se iniciado neste governo, mas fato é que os últimos meses demonstram um avanço considerável, acima da média dos últimos anos. E isto reforça-se pela medição dos Estados”, disse Barbalho.

No encontro, os governadores formularam o Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sus-

tentável da Amazônia Legal para defesa em bloco das pautas comuns.

Um dos principais pontos debatidos foi o Fundo Amazônia, projeto que tem como principais doadores a Noruega e a Alemanha e que tem como objetivo ações de preservação, monitoramento e combate ao desmatamento.

Assinaram a Carta de Palmas os governadores do Tocantins, Mauro Carlesse; do Pará, Helder Barbalho; do Mato Grosso, Mauro Mendes; do Amapá, Waldez Goés; do Amazonas, Wilson Miranda; de Roraima, Antônio Olivério e do Maranhão, Flávio Dino.

O secretário de Desenvolvimento Ambiental de Rondônia, Elias Rezende de Oliveira, e o vice-governador do Acre, major Rocha, representaram seus Estados.

Parlamentares criticam exoneração do cientista

O deputado Alessandro Molon (PSB-RJ), um dos líderes da oposição na Câmara Federal, denunciou na sexta-feira (02), em sua rede social, os ataques sofridos pelo diretor do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), Ricardo Galvão, e a sua demissão do cargo por Jair Bolsonaro.

“Ele foi atacado pelo presidente e pelo ministro do Meio Ambiente por fazer seu trabalho e monitorar o desmatamento da Amazônia”, afirmou Molon.

“Os dados mostram o que Bolsonaro quer esconder sob suas mentiras.

Quem desinforma é inimigo da Ciência, pela qual tanto lutamos. Grave!”, acrescentou o parlamentar. Ricardo Galvão é um dos cientistas mais renomados do Brasil.

AUTORITÁRIO
O líder da Oposição no Senado, Randolfe Rodrigues (Rede-AP), afirmou que vai entrar com uma ação na Justiça Federal de Brasília contra a demissão pelo presidente Jair Bolsonaro de Ricardo Galvão do comando do Inpe.

“A Rede Sustentabilidade vai mover uma ação de descumprimento de preceito fundamental e eu pes-

soalmente vou mover uma Ação Popular na Justiça Federal de Brasília”, disse ao Congresso em Foco. Na opinião de Randolfe a exoneração de Ricardo Galvão do Inpe é para esconder o desmatamento.

“Se trata de mais um ato autoritário do senhor presidente da República. Inconformado com a realidade da ampliação do desmatamento da Amazônia, que me parece ser uma das metas de seu governo e da constatação do fato, resolve mascarar a verdade exonerando alguém que tem mandato”, disse Randolfe.



Anvisa reduz número de produtos “extremamente tóxicos” de 702 para 43

Com a mudança no critério para classificação dos agrotóxicos anunciada pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), o número de produtos tidos como “extremamente tóxicos” caiu de 702 para apenas 43.

A alteração nas regras aconteceu depois da aprovação de um novo marco regulatório para o setor que gerou grande polêmica por diminuir drasticamente a quantidade de produtos classificados em categorias mais altas de toxicidade, ou seja, mais nocivas as pessoas.

O novo modelo adota um número maior de categorias para classificar os agrotóxicos. Até então, os produtos eram classificados em quatro categorias: extremamente tóxicos, altamente tóxicos, medianamente tóxicos e pouco tóxicos.

Com o novo marco, entram duas novas classificações: improvável de causar dano agudo e não classificado – essa última, para produtos de baixíssimo potencial de toxicidade, como biológicos.

Ao todo, a lista da Anvisa compreende 1.942 agrotóxicos e, somente 18 deles não sofreram mudanças na classificação.

Antes da nova regulação, os produtos que causavam úlceras, corrosão na pele e opacidade da córnea eram considerados extremamente tóxicos. Agora, só entrarão nessa categoria, produtos que causem morte quando ingeridos, inalados ou em contato com a pele.

No modelo anterior, as duas categorias mais altas de toxicidade (extremamente e altamente tóxicos) abrangiam cerca de 51% dos agrotóxicos do país. Agora, passam a englobar apenas 6,2%.

Dos 1.942 produtos, 43 passam a ser classificados como extremamente tóxicos, 79 como altamente tóxicos, 136 moderadamente tóxicos, 599 pouco tóxicos, 899 como improváveis de causar dano agudo e 166 como não classificados.

De acordo com Luiz Cláudio Meirelles, pesquisador da Fiocruz na área de agrotóxicos e que já atuou como coordenador do setor na Anvisa, a mudança na classificação representa um retrocesso e um risco à proteção do trabalhador.

“É absurdo. Essa classificação é voltada à proteção ao trabalhador. Como que de repente eu mudo uma regra e digo que tudo que existiu não valeu? Os produtos continuam com aquela toxicidade. Como fica quem vai estar na ponta utilizando o produto?”, afirmou.

Segundo ele, o uso do critério de irritação ocular, dérmica e inalatória para classificação toxicológica do produto ajudava o trabalhador a ter uma melhor percepção dos riscos.

Feliciano defende gasto de R\$ 157 mil nos dentes: “minha boca é minha ferramenta”

O pastor e deputado federal Marco Feliciano (Pode-SP) gastou R\$ 157 mil da Câmara em tratamento odontológico. Além de que sua boca é sua “ferramenta”, Feliciano disse que sofria de bruxismo.

O pastor afirmou que sofria de dores crônicas ligadas ao bruxismo, que é o hábito de ranger os dentes enquanto dorme. “Não desejo para ninguém”.

“Sou político e pregador, minha boca é minha ferramenta”, afirmou.

A Câmara dos Deputados tem um acordo com a Caixa Econômica Federal que dá aos deputados o direito de ser reembolsado no valor de R\$ 50 mil para procedimentos médicos que fizeram.

Após ter seu primeiro pedido de reembolso negado, Feliciano apresentou um laudo do dentista provando que o procedimento realmente custou R\$ 157 mil. O laudo foi avaliado e aprovado pela mesa diretora da Câmara, que reembolsou o pastor.



Valor foi pago pela Câmara dos Deputados

MPT rebate Bolsonaro sobre trabalho escravo: 'É chiqueiro'



Procurador-Geral do Ministério Público do Trabalho, Ronaldo Fleury



Hebert Claros, do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos

"Boeing irá sugar tecnologia que levamos 50 anos para desenvolver", diz sindicalista

O diretor do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região, e membro da executiva nacional da CS-P-Conlutas, Hebert Claros, declarou, em entrevista ao HP, que a venda da Embraer à norte-americana Boeing, representa "a entrega da principal empresa de defesa e engenharia aeronáutica e espacial do país a preço de banana".

"Na nossa visão, a Boeing irá sugar todo o potencial que levamos 50 anos para desenvolver e que hoje se traduzem no sucesso dos aviões da Embraer e enviar peças de seus aviões para serem fabricados aqui com mão de obra barata. Mas a construção dos projetos (processo que envolve desenvolvimento de tecnologia) e a montagem dos aviões provavelmente será realizado nos EUA", afirmou Hebert.

Veja abaixo a íntegra da entrevista:

HP - A venda da Embraer para a Boeing foi apresentada ao público como uma associação benéfica e necessária para as duas empresas. Você concorda com isso? Você diz que não há associação estratégica e sim uma simples compra da Embraer pela Boeing. Você pode falar mais sobre isso?

HC - Primeiro que não foi uma associação ou Joint Venture como insistiram em dizer. Se trata de uma aquisição da norte-americana Boeing pela maior e principal empresa de tecnologia estratégica do Brasil e América-Latina. Por isso o sindicato sempre se posicionou contrário a esta transação. Bolsonaro e as Forças Armadas brasileiras entregaram a principal empresa de defesa e engenharia aeronáutica e espacial do país aos americanos a preço de banana.

HP - Quais as consequências para a engenharia aeronáutica brasileira dessa venda? Se concretizada a venda, o Brasil poderá prosseguir produzindo aviões?

HC - Essa questão é muito importante. A indústria aeronáutica brasileira está com os dias contados. A indústria de engenharia e fabricação de aviões brasileira se tornará a indústria de CKD* de aviões norte-americanos. Hoje a Embraer projeta, fabrica componentes e monta os aviões. A nova empresa terá todas as decisões estratégicas na mão da direção da Boeing.

HP - As decisões sobre a venda da Embraer para a Boeing foram tomadas de forma legal? Foram cumpridos todos os trâmites legais? Há algum motivo ou procedimento que possa gerar um pedido de anulação da venda?

HC - No capitalismo a Justiça tem lado, e as em-

Os norte-americanos NUNCA irão enviar para o Brasil o projeto e produção de um novo avião. Isso significaria o desenvolvimento da tecnologia e geração de empregos no Brasil e todos sabem qual o lema dos americanos quando se trata de tecnologia e empregos - "America First".

Na nossa visão, a Boeing irá sugar todo o potencial que levamos 50 anos para desenvolver e que hoje se traduzem no sucesso dos aviões da Embraer e enviar peças de seus aviões para serem fabricados aqui com mão de obra barata. Mas a construção dos projetos (processo que envolve desenvolvimento de tecnologia) e a montagem dos aviões provavelmente será realizado nos EUA.

HP - Quais as consequências dessa venda para os trabalhadores do setor?

HC - A primeira consequência será na engenharia. Hoje os engenheiros da Embraer são reconhecidos como os melhores do mundo. Isso será absorvido pelos norte-americanos e assim garantirão que o Brasil não consiga alavancar seu potencial tecnológico com um projeto nacional que possa fazer frente às economias imperialistas. Assim os norte-americanos estão matando qualquer possibilidade de desenvolvimento nacional de tecnologia em nosso país, nos submetendo ainda mais à divisão mundial do mercado. A consequência mais direta aos trabalhadores já está ocorrendo nas fábricas. A empresa aprofundou um processo de reestruturação produtiva que se traduz com redução de salários e direitos e uma série de demissões que resulta no rebaixamento da massa salarial dos trabalhadores. Desde dezembro de 2017, quando as duas empresas anunciaram que estavam em processo de negociação, a Embraer já demitiu mais de 1500 trabalhadores, tanto da produção como da engenharia.

HP - Só iremos barrar esse processo de entrega com a mobilização da classe trabalhadora brasileira. Não adianta esperar um posicionamento de parlamentares e da Justiça em prol do país. Ambos são representantes de uma burguesia em decomposição com resquícios da época escravagista. Não tem um projeto de nação, querem somente o lucro rápido a custos dos trabalhadores brasileiros e entrega criminosa de nossos recursos naturais.

Portanto, a única saída para barrar essa entrega vergonhosa da Embraer ao imperialismo é conscientizar e mobilizar a classe trabalhadora e a população em geral sobre as necessidades de defesa de um projeto nacional independente e socialista para o Brasil.

CKD* (Completely Knock-Down, em inglês) é um kit das partes completamente não montadas de um produto

presas foram beneficiadas por interpretações liberais da Justiça em uma relação desigual. Existem 3 processos na Justiça brasileira e várias liminares, que foram todas vencidas por abusos de juízes que julgam sem nenhum interesse à nação. Tanto a Justiça como órgãos governamentais desprezaram estudos técnicos da academia e até mesmo recomendações de alguns militares da aeronáutica. Com certeza no futuro a entrega da Embraer será alvo de escândalos da mesma forma quando privatizações e outras entregas aconteceram em nosso país.

HP - O setor de engenharia e planejamento da Embraer será absorvido pela Boeing? Quais as consequências disso para o Brasil? Você fala em retorno a um estágio tecnológico da década de 1950. Como barrar isso?

HC - Sim, a Boeing está se apropriando do "flê mignon" da Embraer. E, como disse acima, isso irá matar qualquer projeto nacional de desenvolvimento de tecnologia em nosso país. Isso com certeza leva o Brasil de volta há 50 anos atrás, quando tomamos a iniciativa de apostar na construção de um projeto nacional de aviões e consequentemente de tecnologia.

HP - O que pode ser feito para barrar essa venda?

HC - Só iremos barrar esse processo de entrega com a mobilização da classe trabalhadora brasileira. Não adianta esperar um posicionamento de parlamentares e da Justiça em prol do país. Ambos são representantes de uma burguesia em decomposição com resquícios da época escravagista. Não tem um projeto de nação, querem somente o lucro rápido a custos dos trabalhadores brasileiros e entrega criminosa de nossos recursos naturais. Portanto, a única saída para barrar essa entrega vergonhosa da Embraer ao imperialismo é conscientizar e mobilizar a classe trabalhadora e a população em geral sobre as necessidades de defesa de um projeto nacional independente e socialista para o Brasil.

CKD* (Completely Knock-Down, em inglês) é um kit das partes completamente não montadas de um produto

'Nova reforma trabalhista viola a Constituição e retira direitos', diz MPT em nota

O Ministério Público do Trabalho (MPT) se manifestou esta semana contra a chamada "nova reforma trabalhista" (PLC nº 17, decorrente da MP 881), editada pelo governo e em tramitação na Câmara dos Deputados.

O MPT defende rejeição parcial do texto por considerar que ele viola a Constituição em diversos pontos, retira direitos sociais, amplia riscos à saúde e segurança dos trabalhadores e abre brechas para a corrupção, entre outras críticas.

Uma das inconstitucionalidades apontadas pelo MPT é que o texto do projeto de lei de conversão da MP 881 "considera que o princípio da livre iniciativa está acima de outros princípios constitucionais de extrema relevância para a pacificação social e sustentabilidade das relações econômicas no país".

Segundo o Ministério Público, o texto "afronta os princípios da proteção à dignidade da pessoa humana, da valorização do trabalho humano, da função social da propriedade e da proteção ao meio ambiente, como direito de natureza difusa e inalienável".

A medida, chamada pelo governo de MP da "liberdade econômica", propõe, entre outros pontos repudiados pelo MPT, a liberação do trabalho em domingos e feriados, a flexibilização do registro de jornada, e a extinção da obrigatoriedade da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes em estabelecimentos ou locais de obras com menos de 20 trabalhadores, quando antes eram de dez.

Para o procurador-geral do Ministério Público do Trabalho, Ronaldo Curado Fleury, que assina a nota: "As mudanças pretendidas contribuirão para um crescimento significativo dos acidentes de trabalho no Brasil, que já ocupa o vergonhoso quarto lugar no mundo em números de acidentes".

A medida também vai "causar prejuízos para o sistema de Previdência Social, que já amarga gastos de mais de R\$ 80 bilhões em benefícios previdenciários nos últimos seis anos, devido a esse descaso com a saúde e segurança dos trabalhadores, além de aumentar os custos com o Sistema Único de Saúde", diz.

O MPT também se posiciona contrário ao enfraquecimento do Sistema Federal de Inspeção do Trabalho.

"Num país em que a falta de prevenção mata mais de 2 mil trabalhadores a cada ano, qualquer medida que reduza a proteção ao meio ambiente do trabalho deve ser considerada inconstitucional, desarrazoada e inadequada", enfatiza Fleury.

A nota cita ainda a permissão da terceirização de atividades-fim na fiscalização de diversos órgãos públicos que, segundo o ministério, "compromete a imparcialidade da ação fiscal, que passará a ser feita por agentes privados, com interesses particulares, aumentando as possibilidades de corrupção".

Para o MPT, a medida do governo, proposta com a ideia de impulsionar e simplificar a economia, além de ferir princípios constitucionais e desproteger o trabalhador, "não gera demanda de consumo e, portanto, não proporcionará desenvolvimento econômico e emprego".

A nota alerta que, pelo contrário, "a atual redação do texto pode, inclusive, comprometer os negócios brasileiros no âmbito internacional, com possíveis embargos econômicos decorrentes de práticas violadoras de Direitos Humanos e do descumprimento de dispositivos previstos em tratados internacionais".



FGTS: "Saque-aniversário" é armadilha para quem for demitido sem justa causa

O governo Bolsonaro anunciou, nesta segunda-feira (5), o calendário para o "saque-aniversário" do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Os saques poderão ser feitos anualmente, porém, quem optar por essa modalidade, ficará impedido de sacar o saldo de sua conta (saque-recisão), em caso de demissão sem justa causa.

Segundo a nova regra, anunciada na semana passada por meio da MP 889, o trabalhador que optar por essa modalidade, perderá o direito de sacar o saldo total do Fundo, podendo retornar à modalidade anterior depois de 2 anos de carência.

Na atual situação calamitosa em que se encontra a economia brasileira, com mais de 13 milhões de trabalhadores desempregados, essa medida vem como uma armadilha para o trabalhador. É o que avalia o advogado trabalhista Jorge Mansur.

"Você fica anos empregado e no mo-

mento que mais precisa, quando fica sem salário, o valor fica preso? A medida também é muito ruim a longo prazo, porque vai tirar do mercado valores bem altos em troca de pequenos saques anuais", afirma.

O governo anunciou também a liberação do saque de até R\$ 500 a todos os trabalhadores com contas ativas ou inativas do FGTS entre o período de setembro e março de 2020.

Para o economista André Paiva, integrante do grupo de pesquisa em Desenvolvimento Econômico e Política Econômica da PUC-SP, "com a conjuntura atual de elevado desemprego e endividamento em que as famílias estão, os recursos que serão sacados vão ser destinados, em grande parte, para quitar dívidas e para consumo".

"Isso vai ter um impacto para a economia, mas é um impacto localizado, pontual. Muito aquém do que precisamos para reativar a atividade econômica", afirma.

'Questão de colchão fino, não. O que encontramos e que se caracteriza como trabalho análogo ao de escravo são trabalhadores tendo que dormir em curral, ou no chiqueiro', diz chefe do MPT

O procurador-geral do Ministério Público do Trabalho, Ronaldo Fleury, rebateu, na terça-feira, 30, as afirmações de Bolsonaro sobre a definição na legislação de "trabalho análogo à escravidão".

"A definição que tem no nosso Código Penal já é uma definição suficientemente clara, não há necessidade de maiores esclarecimentos", disse Fleury em entrevista à BBC News.

As declarações foram feitas após Bolsonaro dizer que são muito duras as punições previstas na legislação para donos de propriedades rurais que mantenham trabalhadores em situações análogas à escravidão, entre elas a emenda constitucional número 81, de 2014, que pune com a expropriação das propriedades rurais.

"A linha divisória do trabalho análogo ao escravo é muito tênue [...]. O trabalhador, o empregador, tem que ter essa garantia. Não quer maldade para o seu funcionário nem quer escravizá-lo. Isso não existe", disse Bolsonaro.

Rebatendo o presidente, Fleury afirmou que "o que existe na legislação brasileira é trabalho análogo ao de escravo, que são aquelas formas previstas no Código Penal. O trabalho escravo mesmo foi abolido com a Lei Aurea", disse Fleury.

O chefe do Ministério Público do Trabalho afirmou também que o órgão e os auditores fiscais de trabalho encontram situações que "em nada se assemelham aos exemplos dados pelo presidente". Bolsonaro chegou a dizer que os proprietários são punidos por oferecer "colchão

abaixo de oito centímetros" e quarto com "ventilação inadequada" como critérios para definir as condições análogas às de escravidão.

"Questão de colchão fino, não. O que encontramos e que se caracteriza como trabalho análogo ao de escravo são trabalhadores tendo que dormir em curral, ou no chiqueiro. São trabalhadores sem acesso à água potável, que não têm local para fazer suas necessidades e têm que fazer na beira do rio, têm que tomar banho no rio, porque não têm sequer água para tomar banho", disse Fleury. "As condições não são, com certeza, as que foram informadas ao presidente", afirmou.

"Não conheço nenhum bom empresário - que cuidasse do meio ambiente de trabalho, cuidasse para que seus trabalhadores não fossem submetidos a jornadas extenuantes, que não descontasse dos valores dos seus empregados até material de trabalho, como motosserra e enxada - que tenha sido condenado. Ao contrário. Nesses casos, não há sequer a atuação da fiscalização do trabalho", rebateu.

"Eu vejo, ao contrário do dito pelo presidente, bastante seriedade, bastante técnica na aplicação da legislação nos processos que dizem respeito ao trabalho análogo ao de escravo."

"Somente são enquadradas como condições análogas à de escravo aquelas que realmente estão dentro das especificações, das definições previstas no Código Penal, que são o trabalho quando é extremamente degradante, quando há esse sistema de dívida eterna, que nunca é paga", afirmou Fleury.

Telefônica/Vivo é condenada por trabalho análogo à escravidão

A Justiça do Trabalho do Espírito Santo condenou a Telefônica Brasil S.A (Vivo) e três empresas terceirizadas (a Bimetal Indústria Metalúrgica, América Towers e Norte Amazônia Construções, Comércio e Serviços) por sujeitarem trabalhadores a condições análogas à escravidão durante construção de uma torre de telefonia celular em 2014.

A Vivo e as empresas, em conjunto, terão que pagar R\$ 200 mil de indenização por dano moral coletivo e pelo descumprimento de diversas normas de saúde e segurança no trabalho. A decisão se deu a partir da apreciação de recursos em ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho (MPT).

Durante a obra, os fiscais do trabalho constataram que os trabalhadores foram submetidos a "trabalho degradante, tratamento vexatório e humilhante, restrição à liberdade de locomoção, retenção de CTPS [Carteira de Trabalho], ausência de pagamento de verbas salariais e rescisórias, descumprimento às normas de saúde e segurança laboral, com ofensa ao direito fundamental da dignidade da pessoa humana".

Antonio Carlos Lopes Soares, procurador do Ministério Público do Trabalho, que conduziu a investigação e ajuizou a ação civil pública, destacou a importância da condenação para gerar maior responsabilidade das empresas na cadeia produtiva (rede contratual na terceirização de serviços) no setor de telecomunicações, já

que a decisão terá efeitos em todo o território nacional.

As empresas tiveram condenação solidária, com revelam os autos do processo, pela constatação de que "tais violações ocorreram com o objetivo de atender demanda empresarial configurada por meio de cadeia produtiva".

Conforme os autos, "a 1ª empresa ré, Vivo (com sede em Londrina), locou o espaço (torre) da 2ª ré, América Towers (sediada em São Paulo), a qual contratou a 3ª ré, Bimetal (com sede em Cuiabá), para o fornecimento de estruturas metálicas e instalação da torre de telefonia móvel, sendo que esta empresa subcontratou a 4ª ré, Norte Amazônia (com sede no Pará), para a execução dos trabalhos, a qual, por sua vez, contratou trabalhadores no estado do Maranhão para desempenhar serviços no estado do Espírito Santo, em condição análoga à de escravo".

"Leis trabalhistas não podem ser esquecidas por nenhuma empresa em uma cadeia de valor", disse Valério Heringer, procurador-chefe do trabalho do Espírito Santo. "A omissão por uma companhia impacta em todas as outras".

Segundo o procurador Antonio Carlos Soares, a empregadora reteve os documentos de trabalho dos funcionários mesmo depois de concluída a obra, deixando os trabalhadores "em situação de miserabilidade, abandonados no local da prestação dos serviços, ante a impossibilidade de retornarem para as suas casas".

Escândalo de Itaipu: lobista do PSL se apresentou em nome dos Bolsonaro



Tratativas escusas levaram presidente paraguaio à beira do impeachment

Porto Rico: governador renuncia mas indica capataz de bancos para o cargo

O ex-governador de Porto Rico, Ricardo Rosselló, que foi forçado a renunciar após semanas de enormes manifestações condenando a sua corrupção e comentários em redes de menos-prezo à população, nomeou como Secretário de Estado o advogado que escolheu pessoalmente para substituí-lo, Pedro Pierluisi. Por mandato constitucional quando o cargo de governador fica vago assume o Secretário de Estado.

O Gabinete de governo emitiu um comunicado adiantando que Pierluisi, que foi conselheiro do órgão federal que supervisiona o arrocho após a decretação de falência da ilha, assumiria como governador após a renúncia de Rosselló.

Devido à dívida pública inflada pelos colonizadores, sob pressão, a filha do Caribe declarou-se em bancarrota em maio de 2017, tendo como resultado a perda da ínfima autonomia econômica que possuía.

A Câmara dos Deputados votou a favor de Pierluisi como Secretário de Estado, na sexta-feira, dia 2, com uma forte oposição. Porém, o Senado da ilha ainda terá de aprová-lo no cargo. E sua sucessão foi chamada de “antiética e ilegal” pelo líder do Senado.

ZOMBARIA

“Ele não respeitou os desejos da população.”

Israelense prefere prisão a servir exército de ocupação

“Eu me recuso a servir o exército porque acredito que está é a melhor e a mais significativa forma para promover os princípios contra a guerra e ajudar a todos que querem o fim da ocupação”, declarou a jovem israelense de 18 anos, Maya Brand-Feigenbaum, ao anunciar sua recusa em servir ao exército israelense.

No dia 30 de julho, Maya foi condenada pela segunda vez a 20 dias de prisão por um tribunal militar. Ela está sujeita a mais condenações caso mantenha sua disposição de se negar a servir na condição de objetora de consciência.

O alistamento militar é obrigatório para a maioria dos judeus em Israel (os estudiosos em escolas religiosas, as Yeshivot, estão isentos do serviço militar). Em sua declaração, publicada dias antes do primeiro julgamento, já com a decisão de se recusar a servir tomada, Maya, esclareceu que tem “consciência de que precisamos de um exército para nos defender de ameaças reais, mas também há a necessidade de que as pessoas lutem por uma realidade livre da guerra”.

“O controle que já se estende por décadas sobre uma outra nação compromete a segurança



Gigantescas manifestações fizeram Rosselló renunciar

Na verdade, zombou dela ao usar seus cúmplices”, assinalou o presidente do Senado, Thomas Rivera Schatz, após Rosselló anunciar sua decisão de empossar Pierluisi. “O desrespeito, a mentira, o comportamento antiético e ilegal viralizaram”, disse Schatz, afirmando que ainda é preciso esperar pelo resultado da sessão do Senado de quarta-feira, 7, para saber se a indicação terá validade.

Até que a nomeação seja confirmada por ambas as casas legislativas, o presidente do Senado e outros senadores comunicaram que a próxima na linha de sucessão, pela lei, seria a secretária de Justiça Wanda Vázquez. Aprofundando a incerteza, ela já anunciou que não assumirá.

Centenas de pessoas, muitas delas balançando a bandeira de Porto Rico, cantaram e tocaram sinos do lado de fora da mansão

do governador, no centro histórico da capital, San Juan, enquanto esperavam a saída de Rosselló.

Na Comissão de Governo da Câmara dos Deputados vários legisladores denunciaram que Pierluisi trabalhou até a véspera da indicação como advogado do setor privado. E passando por cima de qualquer respeito ao interesse público, o escritório de advocacia em que trabalhava (O'Neill y Borges) tem como cliente a Junta de Supervisão Fiscal.

Esta é uma entidade de controle federal imposta pelo governo dos Estados Unidos à ilha, para monitorar a inflada dívida de suas contas, com medidas correspondentes que incluem pesados cortes orçamentários, que geram empobrecimento, cortes de serviços essenciais e rechaço na sociedade.

SUSANA LISCHINSKY

EUA: racista fuzila 20 em El Paso. Ataques deixam 9 mortos em Dayton e 1 morto em Chicago

Em um intervalo de 24 horas, quatro tiroteios, um em Dayton (Ohio), outro em El Paso (Texas) e ainda mais dois em Chicago, deixaram 30 mortos e 66 feridos.

O assassino - que atirou de um rifle AK-47 sobre pessoas que se encontravam em um supermercado da rede Walmart, em El Paso, disparando várias rajadas sobre funcionários e compradores, corredor por corredor - deixou um recado racista antes de perpetrar seu crime.

Ele publicou suas investivas no site supremacista 'forum 8chan' 20 minutos antes do primeiro chamado de socorro acontecer no supermercado.

Em sua declaração, pouco antes de tirar a vida de 20 pessoas e ferir 26, apoiou o assassino que executou os massacres na cidade Christchurch, na Nova Zelândia, em março, matando 51 pessoas em duas mesquitas afirmando querer acabar com muçulmanos e imigrantes. Agora, o atirador de El Paso, acrescentou que seu objetivo era deter a “invasão hispânica no Texas”.

“A pesada presença da população hispânica no Texas fará do Estado uma base democrata”, declarou ainda. Na opinião dele “as elites estão tentando substituir brancos descendentes de europeus por imigrantes do Oriente Médio e África”.

A deputada democrata texana, Veronica Escobar, disse que o assassinato em massa “é fruto do ódio” e, referindo-se aos disparados do assassino, que “o manifesto está alimentado pelo ódio, pelo racismo, intolerância e divisionismo”.

Após o massacre em Dayton, com 9 mortos, a prefeita Nan Whaley, declarou seu pesar pelas vidas perdidas em sua cidade durante um show noturno, e acrescentou que o número teria sido maior não fosse a chegada dos policiais em um minuto a partir do primeiro disparo.

As matérias sobre os dois massacres acabavam de sair na imprensa norte-americana e internacional, quando surgiu a notícia de mais dois tiroteios, com 7 mortos e 46 feridos, dessa vez em Chicago.

O primeiro deles aconteceu na madrugada de domingo, em um parque. Segundo a polícia, um grupo atirou de um carro Chevrolet - Camaro e conseguiu escapar, deixando 7 feridos.

Menos de três horas mais tarde, 8 pessoas foram atingidas quando atiradores dispararam sobre um grande grupo de pessoas presentes em uma festa de um quarteirão. Um deles,

Demetrius Flowers, foi morto e os demais 7 ficaram feridos.

O pai de Demetrius Flowers disse que este é o segundo filho que ele perde para a violência. “Parem, por favor. Estão matando nossas famílias. Temos que parar este morticínio ou nada restará”, disse, em sua comoção o pai de Demetrius, Keith Flowers.

Ninguém foi detido nos dois tiroteios de Chicago.

Estes quatro últimos massacres por atiradores fazem parte de uma repetição de agressões desse tipo que afligem a sociedade norte-americana. Antes deles, outros dois tiroteios aconteceram, nos meses de junho e julho; um em Virginia Beach, com 12 mortos e 6 feridos e outro na cidade de Giroy, Califórnia, com três mortos e 15 pessoas feridas.

Nicarágua: Daniel Ortega acoberta ex-presidente foragido de El Salvador

O governo da Nicarágua concedeu nacionalidade ao ex-presidente de El Salvador, Mauricio Funes, que se encontra em Manágua desde 2016 quando fugiu de seu país onde acusado de desvios de mais de 351 milhões de dólares. Ao converter-se em nicaraguense, pelas leis desse país não poderá ser extraditado.

Em El Salvador, Funes (2009-2014) enfrenta cinco mandados de prisão por envolvimento em vários delitos de corrupção.

O atual presidente salvadoreño, Nayib Bukele, que assumiu no início de junho último, disse que nos primeiros 100 dias de seu mandato levaria Funes de volta ao país para que respondesse pelos crimes que lhe são imputados. O ex-presidente, porém, declarou - seguro da cobertura que acaba de receber - na terça-feira, 30 de julho, que ao lhe ser concedida a nacionalidade nicaraguense essa possibilidade é remota. “Nem hoje, nem nos primeiros 100 dias de seu governo [de Bukele], nem em anos, a extradição será possível”, provocou.

Bukele comentou a decisão do governo de Daniel Ortega: “Apesar do que muitos acreditam, Funes acaba de cometer um grave erro ao adotar a nacionalidade nicaraguense” e acrescentou que a justiça “tarde ou cedo chega” e que ele não ficará impune.

Maurício Funes assumiu a presidência de El Salvador em 2009, candidatando-se pelo partido formado a partir do movimento guerrilheiro Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional, FMLN. A campanha foi dirigida pelo marqueteiro brasileiro João Santana. O então presidente Lula, participou da posse.

Santana afirmou, em

delação premiada, que participou da campanha a pedido de Lula e que ela foi bancada com dinheiro da Odebrecht. Funes foi sucedido, em 2014, pelo presidente Salvador Sanchez Ceren.

Sua atual mulher, Ada Guzmán Sigüenza, e dois de seus filhos também estão evadidos na Nicarágua desde 2016.

As fraudes da família não param por aí. A polícia de El Salvador prendeu, em maio de 2018, a ex-primeira-dama Vanda Pignato, brasileira, devido à participação em esquema de corrupção que desviou R\$ 1,3 bilhão dos cofres públicos e era comandado pelo ex-marido Maurício Funes.

Apesar das graves acusações, o ex-presidente e um de seus filhos, Funes Cañas, agora recebem salários que somam milhares de dólares ao mês do Ministério de Relações Exteriores nicaraguense.

De acordo com a Promotoria salvadoreña, Funes armou na Presidência uma rede com a qual desviou fundos para 8 contas bancárias particulares e das quais foram sacados mais de 292 milhões de dólares em efetivo, além de realizar investimentos no exterior em nome de laranjas.

Também é processado o ex-promotor geral Luis Martínez pelo pagamento de subornos para evitar investigações sobre a apropriação indevida de fundos da construção de uma represa, e evasão de impostos.

As ações de Daniel Ortega a favor de Funes sofrem uma forte crítica na Nicarágua, país que vive uma grave crise devido aos desmandos de Ortega e que eclodiu em abril de 2018. A repressão às manifestações de repúdio ao governo já deixou centenas de mortos.

Mensagens de advogado paraguaio a presidente da estatal de energia elétrica do Paraguai apontam o suplente de senador do PSL, Alexandre Giordano, como “representante da família” de Bolsonaro

“Sou o Dr. Joselo Rodríguez, assessor jurídico do Vice-Presidência, lhe escrevo em nome do vice-presidente da República, Hugo Velázquez”, se apresentou o advogado paraguaio que intercedeu em favor de uma empresa denunciada como ligada a Bolsonaro, na primeira das mensagens enviadas por ele, via WhatsApp, a Pedro Ferreira, então presidente da ANDE, estatal de energia elétrica do Paraguai, datada de 9 de maio.

Segundo matéria do jornal paraguaio ‘ABC Color’, publicada no dia 3, o então presidente da ANDE e agora demissionário Ferreira relatou esta semana que foi o próprio vice-presidente Velázquez quem o apresentou ao advogado Joselo ‘como seu representante e homem de sua confiança’.

Além disso, o vice-presidente lhe disse que era ele [o advogado] que estaria ‘em sua representação em todas as conversações relativas à venda de energia à empresa brasileira (Grupo Leros) com a qual ele contactou’.

Tanto a matéria baseada nas mensagens, cujas fotos publica e aqui reproduzimos, como outros artigos publicados por este mesmo jornal e também pelo Última Hora (UH, periódico também paraguaio) traçam o roteiro da trama que visava locupletar a empresa Leros, cujo representante junto aos diretores da estatal de energia do Paraguai - o suplente de senador Alexandre Giordano, do PSL, mesmo partido de Bolsonaro - dizia, segundo as mensagens, falar em nome do presidente brasileiro.

A matéria do dia 2 de agosto, do UH, intitulada “Nuevos mensajes de WhatsApp comprometen más a Hugo Velázquez”, faz referência a uma outra mensagem, esta do dia 5 de junho e afirma:

“Já no dia 5 de junho, Rodríguez, filho da ex-ministra da Secretaria de Prevenção de Lavagem de Dinheiro e Bens, María Epifanía González, avisa a Ferreira que o representante da empresa Leros, do Brasil, se encontra no país para dar seguimento ao acordo de compra e venda do excedente de energia ao mercado brasileiro:

“Vem em representação da família presidencial do país vizinho”, diz a mensagem, ao assinalar que “os empresários tinham vínculo com o presidente brasileiro, Jair Bolsonaro” (grifo nosso).

Sugerimos aos leitores que assistam ao breve vídeo produzido pelo jornal UH, reunindo o conjunto das mensagens e a carta de intenções enviada ao empresário Giordano. O vídeo pode ser visto no corpo da matéria que está no link: <https://www.ultimahora.com/nuevos-mensajes-whatsapp-comprometen-mas-hugo-velazquez-n2835592.html>

Como mostra o jornal UH, o acordo era tão claramente lesivo ao Paraguai que, mesmo com toda a pressão aqui descrita, os técnicos da ANDE não concordaram com seus termos:

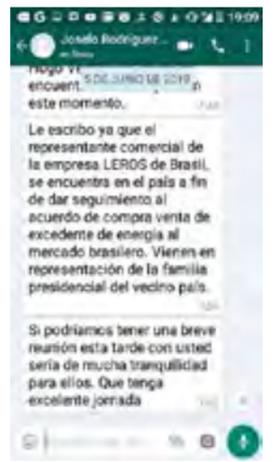
“O acordo de Itaipu, que estabelecia uma nova forma da compra de potência, foi firmado pelo Paraguai e Brasil no dia 24 de maio. As negociações foram levadas a cabo pela via diplomática, já que no âmbito técnico não se chegou a um acordo”.

Aque “acordo” os técnicos da ANDE não conseguiam chegar?

Os dois itens mais rechaçados pelos paraguaios (ao ponto do próprio presidente da ANDE, Ferreira, destinatário das mensagens de Joselo, pedir demissão declarando que consistiam em “traição à pátria” e “extorsão financeira”) eram:

* O primeiro obrigava o Paraguai a comprar mais energia - ainda que não a utilizasse - levando o país a um dispêndio aquilatoado em 200 milhões de dólares ao ano entre 2019 e 2022;

* O segundo era a retirada



Nas mensagens, o rastro da escandalosa trama

do ‘item 6’ que estabelecia critérios para a venda do excedente de energia a empresas brasileiras interessadas.

Para conhecer em detalhe os prejuízos denunciados pelo Paraguai e as denúncias em série dos envolvidos, leia a matéria: Escândalo faz Paraguai anular acordo de Itaipu com Bolsonaro.

Uma vez removido o “item 6”, seguiram-se as tratativas para que a Leros tivesse o privilégio na venda dessa potência de energia no Brasil, seguindo o previsto nas mensagens agora tornadas públicas.

O último passo nas evidências que agora começam a ser investigadas e desvendadas, são as imagens da correspondência enviada por um certo Nicolás Martín Kac Pinto a Giordano, que atesta o seu recebimento. Ali estava uma cópia do protocolo firmado entre o Brasil e o Paraguai para análise do representante da Leros.

No Paraguai cresce a pressão pelo afastamento do presidente Abdo Benítez, que assinou com Bolsonaro o protocolo agora anulado, e do vice-presidente, Hugo Velázquez, que surge à testa dos negócios escusos nas mensagens divulgadas. A Procuradoria do Paraguai já designou a equipe que vai ouvir os envolvidos e examinar as provas e o Senado já indicou os integrantes de uma Comissão Parlamentar de Inquérito sobre o escândalo.

Ao chegar à Procuradoria, às dez horas da manhã de sábado, Joselo disse à imprensa que “pretende contar tudo”. Ele foi recebido pelo procurador Marcelo Pecci, que informou da tomada do celular do advogado para “periciá-lo” e que pretende solicitar “informes internacionais sobre a empresa Leros”.

Em entrevista ao jornal O Estado de São Paulo, Giordano disse que não se recorda da carta e voltou a negar qualquer relação da sua ida ao Paraguai com a retirada de uma cláusula do acordo bilateral, que permitiria a venda de energia a pessoas jurídicas sem autorização da Eletrobrás.

Correspondência com o protocolo secreto que Giordano diz não se lembrar de ter recebido “Isso deve ser uma briga política deles. Não tenho nenhuma relação com esse acordo. A Leros me chamou e eu fui lá escutar a proposta da Ande sobre venda de energia. Existe uma licitação aberta, que é pública. Eu não comprei nada. A própria Leros não assinou nada”, afirmou.

Giordano também negou ter se apresentado como senador e usado o nome do presidente Jair Bolsonaro na reunião com diretores da ANDE. Ele é dono de empresas de mineração, terraplenagem e instalação de materiais metálicos usados em torres de energia e se diz fornecedor da Leros, geradora e comercializadora de energia no Brasil.

O vice-presidente do Paraguai, Hugo Velázquez, insistentemente mencionado nas mensagens e nos depoimentos, nega que Joselo seja seu assessor e qualquer envolvimento com o caso.

NATHANIEL BRAIA

China: 'a escalada de tarifas dos EUA é irracional e irresponsável'



Etiópia: 157 mortos no 2º desastre do 737 Max

Boeing terceirizou software do 737 MAX para cortar os custos

O software de bordo do Boeing 737 MAX – envolvido na causa de dois acidentes fatais em menos de 5 meses em que morreram 346 pessoas – foi desenvolvido por trabalhadores terceirizados, recém-formados e que receberam baixos salários, de acordo com reportagem publicada pelo portal Bloomberg no final de junho.

Engenheiros veteranos da Boeing disseram ao portal de notícias que o sistema MCAS (Maneuvering Characteristics Augmentation System) foi desenvolvido em um período em que a empresa fazia cortes de custos, pressionava fornecedores por preços mais baixos e demitia profissionais experientes para contratar mão de obra mais barata.

A Boeing e suas terceirizadas buscavam cada vez mais sua força de trabalho em funcionários temporários, alguns deles com salários de US\$ 9 por hora no desenvolvimento e teste do software. Para se ter uma ideia, o salário médio por hora nos EUA atualmente é de US\$ 34,49, de acordo com um levantamento feito em março pelo Escritório de Estatísticas do Trabalho (BLS, sigla em inglês).

De acordo com as fontes, a maioria dos funcionários terceirizados vinha de países sem grande experiência no setor aeroespacial, empregados pela empresa HCL Technologies. Mark Rabin, ex-engenheiro de software da Boeing, disse que os códigos eram escritos por funcionários recém-formados e posteriormente revisado por engenheiros mais experientes. “Era controverso, porque eram necessárias muitas rodadas de revisão de um código que não era feito corretamente”, disse Rabin.

Numa rede social, um funcionário da HCL publicou que realizou um trabalho “para resolver um problema de produção que resultou em não atrasar o teste de voo para o 737 Max (o atraso em cada teste de voo custaria muito dinheiro para a Boeing)”.

Em resposta aos questionamentos da Bloomberg, a Boeing afirmou que o desenvolvimento do MCAS não foi de responsabilidade da HCL. Um porta-voz disse que a empresa sempre teve como “foco principal garantir que nossos produtos e serviços sejam seguros, da mais alta qualidade e de acordo com todas as regulamentações aplicáveis”.

A HCL Technologies reconheceu ter uma relação de longa data com a Boeing, mas que não comenta trabalhos específicos feitos para os clientes. “A HCL não está associada a nenhum problema atual com o 737 MAX”, disse a companhia em um comunicado.

Bolívia inaugura moderna fábrica estatal de cimento

O presidente da Bolívia, Evo Morales, inaugurou nesta sexta-feira, em Caracollo, Oruro, a mais moderna fábrica de cimento da América Latina, com capacidade para produzir diariamente 3.000 toneladas.

Dirigido pela Empresa Pública Produtiva de Cimentos (Ecebol), o complexo recebeu US\$ 306,8 milhões em investimentos provenientes do Fundo para a Revolução Industrial, e vai gerar cerca de 4.000 empregos diretos e indiretos, com trabalhadores atuando em três turnos.

“Este é um sonho longamente esperado por 40, 50 ou 60 anos, e que agora cumprimos. Aqui está a fábrica de cimento. Este é o resultado do processo de transformações”, comemorou Evo, bastante aplaudido pela população que lotou a solenidade.

Para o presidente da Sociedade de Engenheiros da Bolívia (SIB), Carlos Ballón López, com preço pelo menos 5% inferior ao do mercado, a cimenteira será um referencial para o continente e contribuirá “substancialmente para o crescimento e desenvolvimento da região e do país”. “Mãos bolivianas edificaram esta grande obra, engenheiros civis, geólogos e químicos industriais par-

tiparam e agora vão gerenciar este serviço produzindo cimento de alta qualidade”, assinalou López, citando a importante contribuição do consórcio espanhol-alemão.

De acordo com a presidente da Federação de Empresários Privados de Oruro (FEPO), Elvira Valdez, a unidade industrial potencializará o desenvolvimento produtivo da região, “graças ao investimento realizado pelo governo”, que viu além.

Conforme o secretário-executivo da Central Operária Boliviana (COB) em Oruro, Elias Colque, foram recursos provenientes da nacionalização dos recursos naturais realizada pelo presidente Evo Morales, injeção de dinheiro que possibilitou o país alcançar um novo patamar, com sucessivas melhoras no avanço do seu Produto Interno Bruto (PIB) e na distribuição de renda.

O presidente do Instituto Boliviano de Normalização e Qualidade (Ibnorca), Daniel Sánchez, entregou durante a solenidade os certificados que atestam a “mais alta qualidade do cimento estatal”, frisando que será utilizado na construção de rodovias, pontes e demais obras em todo o país.



Zhang Jun, embaixador chinês na ONU: “Pequim não teme a guerra comercial”

Washington rompe acordo de mísseis com Moscou e torna o mundo mais perigoso

O Tratado INF de eliminação de mísseis terrestres de alcance intermediário e de curto alcance expirou oficialmente na sexta-feira (2), transcorridos os 180 dias desde que os EUA formalizaram sua retirada em fevereiro, forçando a Rússia a fazer o mesmo.

Assinado em 1987 por Reagan e Gorbachev, o acordo eliminou durante três décadas o risco de guerra nuclear na Europa ao banir do teatro europeu 2.665 mísseis dos dois lados com ogivas nucleares. Alcançado após grandes manifestações na Europa contra a iminente ameaça nuclear, o acordo proibiu aos dois signatários o uso e produção de mísseis balísticos e de cruzeiro lançados do solo, com alcance de 500 a 5.500 quilômetros.

Como disse o porta-voz do Kremlin, Dmitry Peskov, assim que a saída dos EUA do INF foi anunciada, “o mundo vai ficar mais perigoso”. A propósito, não é o primeiro tratado de grande alcance internacional do qual o governo Trump se retira, havendo ocorrido antes o abandono do Tratado do Clima de Paris e do Acordo Nuclear 5 + 1 com o Irã.

Com a extinção do Tratado INF, e passados 18 anos da saída unilateral dos EUA do Tratado Antimísseis ABM, a estrutura de prevenção de uma hecatombe nuclear está prestes a ser

demolido por Washington até fevereiro de 2021.

Já que, conforme o conselheiro de segurança nacional de Trump, John Bolton, “não há perspectiva” de prorrogação do Tratado New Start – que limita em 1550 o total de ogivas nucleares e mísseis intercontinentais que EUA e Rússia detêm, e é o último ainda em vigor da arquitetura internacional de controle de armas construída a duras penas durante a Guerra Fria.

O início do desmantelamento, sob o governo de W. Bush, com a retirada unilateral do Tratado ABM de 1972, também foi realizado sob supervisão do maníaco de guerra Bolton.

A Casa Branca deliberadamente se dirige “ao desmantelamento real do sistema de controle de armas existente”, advertiu Moscou.

A chancelaria russa acrescentou que a retirada dos EUA do Tratado INF confirma que Washington começou “a destruir todos os acordos internacionais que não lhe convêm por um motivo ou outro”.

“No famoso relógio simbólico que mostra o tempo que resta até o conflito nuclear, infelizmente passamos mais um minuto em direção à meia-noite”, disse o vice-ministro das Relações Exteriores da Rússia, Sergei Ryabkov, em entrevista à RT.

Ele acrescentou que “embora o presidente Trump esteja dizendo que não há sentido em uma corrida armamentista, isso vai continuar”. O chamado ‘Relógio do Juízo Final’, mantido pela Federação Americana de Cientistas desde 1953, está marcando “dois minutos para a meia noite”.

APREENSÃO NA EUROPA

É grande a apreensão na Europa sobre o fim do Tratado INF do qual, como apontou a chefe da diplomacia europeia, Federica Mogherini, foi a “principal beneficiária” – e, portanto, “quem tem mais a perder”.

Mogherini se referiu aos tempos em que “éramos considerados um campo de batalha, o terreno no qual as superpotências se enfrentavam”, “não queremos nem pensar que a coisa possa regredir”. No auge da Guerra Fria, a presença de milhares de mísseis nucleares transformava boa parte das capitais europeias, inclusive Berlim ou Moscou, em alvos em torno de oito minutos, o que levou a grandes manifestações pela paz e pelo desarmamento.

O ministro das Relações Exteriores da Alemanha, Heiko Maas, alertou que “com o fim do Tratado INF, a Europa está perdendo parte de sua segurança”. A.P. Leia a continuação do texto em www.horadopovo.org.br

União Europeia, China e Rússia rechaçam sanção de Trump contra chanceler iraniano Zavad Zarif

A acintosa decisão da Casa Branca de decretar sanções contra o ministro das Relações Exteriores do Irã, o ponderado e respeitado diplomata Mohammad Zavad Zarif, foi repudiada pela China, União Europeia e Rússia.

Essas sanções contra Zarif foram classificadas pelo presidente do Irã, Hassan Rouhani, de “comportamento infantil” e prova de que Washington “perdeu o poder do pensamento racional”.

Além de serem, por si só, uma negação da diplomacia e do direito internacional, no mesmo momento em que os EUA tentam montar uma força naval de intervenção no Golfo Pérsico, à margem da ONU.

Pelo Twitter, o próprio Zarif esclareceu que as sanções não teriam qualquer efeito sobre ele ou sua família, já que “não têm propriedades ou interesses fora do Irã”.

“A razão pela qual os Estados Unidos me incluíram [na lista de sanções] é que eu sou o principal representante do Irã no mundo... Obrigado por me considerar uma ameaça tamanha à sua agenda”, postou Zarif em comunicado. “A verdade realmente dói tanto?”, acres-



Ministro de Relações Exteriores do Irã Zavad Zarif

centou. Em Bruxelas, porta-voz da Comissão Europeia afirmou que os europeus “continuarão a trabalhar com o senhor Zarif como o diplomata mais sênior do Irã, e tendo em vista a importância de manter os canais diplomáticos”. Carlos Martin Ruiz de Gordejuela acrescentou que a União Europeia “lamentava a decisão” de Washington.

No mesmo sentido, a porta-voz do Ministério das Relações Exteriores da China, Hua Chunying, também criticou a decisão de Washington, dizendo que Pequim “tomara nota”

da declaração dos EUA e da reação de Zarif. “A posição do lado chinês sobre esta questão é muito clara. A China se opõe a ações unilaterais dos EUA... Acreditamos que isso não facilita a solução do problema”, acrescentou.

Hua enfatizou, ainda, que “a negociação e o diálogo” são as melhores maneiras de solucionar a questão.

“Os EUA afirmaram repetidamente que estão prontos para negociar com o Irã sem precondições. Esperamos que as ações dos Estados Unidos não se desviem de suas declarações”, assinalou.

Leia mais: horadopovo.org.br

Após o anúncio intempestivo de Trump de novo tarifação com 10% sobre US\$ 300 bilhões em produtos importados da China, Pequim disse que tomará as “contramedidas em defesa do país”

Em resposta à inesperada tuitada de Trump, anunciando nova tarifa de 10% sobre US\$ 300 bilhões em importações da China e rompendo a trégua acertada em Osaka em junho, a China anunciou que terá que tomar as “contramedidas necessárias” para defender seus interesses legítimos e repetiu que “não quer a guerra comercial mas não a teme”. A nova sobretaxa passará a vigorar no dia 1º de setembro.

Na ONU, o novo embaixador chinês, Zhang Jun, considerou a escalada tarifária de Trump como “um ato irracional e irresponsável” e advertiu que a posição da China “é muito clara – se os EUA quiserem conversar, então vamos conversar, se querem lutar, então vamos lutar”. “Decididamente, a China tomará as medidas necessárias para proteger nossos direitos fundamentais”, afirmou.

Zhang instou, ainda, Washington a voltar “ao caminho correto para que se possa encontrar a solução correta”, com base no respeito mútuo e igualdade. A decisão de Trump significa que essencialmente todas as importações desde a China estarão, a partir dessa data, sujeitas a sobretaxas, numa escalada significativa, já que, além dos produtos industriais visados até então, vai ser atingida uma ampla gama de produtos de consumo até então isentos, como smartphones, brinquedos e roupas.

Também o Ministério do Comércio chinês advertiu que os EUA terão que arcar “com as consequências”, se insistirem nesse caminho. O comunicado alertou, ainda, que a postura dos EUA iria pressionar a economia mundial no sentido de uma “recessão”. As novas tarifas vão se somar às que já são aplicadas por Washington de 25% sobre US\$ 250 bilhões em importações da China e, reciprocamente, por esta sobre US\$ 110 bilhões em exportações dos EUA.

Hua Chunying, porta-voz da chancelaria chinesa, que acusou os EUA de tentarem “chantagear” e “intimidar” Pequim, assinalou também que seu país “não negociará sob pressão” e exigiu “respeito mútuo” para que as negociações cheguem a bom porto.

A tuitada de Trump foi no dia seguinte da primeira rodada de negociações China-EUA pós-Osaka, considerada na véspera, por ambas as partes, “construtiva”.

Numa de suas tuitadas seguintes sobre a questão, Trump asseverou que o acordo não pode ser “igual” mas “melhor” [para os EUA], e que a moeda chinesa, o yuan, “vai para o inferno”.

ESTRATÉGIA FALIDA

Não foi apenas em Pequim que a fúria tarifária de Trump causou contrariedade. Mudou o humor de Wall Street, com quedas nos principais índices da especulação. Entre essas, as ações da Boeing, o que se explica: está no meio de negociações com companhias aéreas chinesas para concretizar – ou não – uma encomenda massiva.

“Estamos decepcionados com o fato de o governo estar dobrando uma estratégia tarifária falida que já está desacelerando o crescimento econômico dos EUA, criando incerteza e desencorajando investimentos”, afirmou David French, vice-presidente sênior de relações governamentais da Federação Nacional de Varejo. Ele ressaltou que “as tarifas

impostas no ano passado não funcionaram, e não há evidências de que outro aumento de impostos sobre empresas e consumidores americanos trará novos resultados”.

Até aqui, o aumento das tarifas de Trump estava direcionado para produtos industriais, e vinha isentando os bens de consumo correntes, de modo que a economia norte-americana, sustentada no consumo das famílias, seguia relativamente protegida da guerra comercial, o que já não é o caso.

O vice-presidente executivo da Câmara de Comércio dos EUA, e responsável pelos ‘assuntos internacionais’, Myron Brilliant, alertou que o aumento de tarifas “infligirá maior sofrimento às empresas norte-americanas, aos agricultores, trabalhadores e consumidores, e prejudicará uma economia forte nos EUA”.

A entidade está pedindo aos dois lados “que se comprometam a alcançar progresso em curto prazo antes que essas novas tarifas entrem em vigor e em remover todas as tarifas remanescentes o mais rápido possível”.

“DESGASTE”

Craig Allen, presidente do Conselho Empresarial EUA-China, manifestou a preocupação de que as novas tarifas adicionais de Trump “desgastem ainda mais nossa reputação como fornecedores confiáveis” e tragam mais dor para “nossos agricultores, trabalhadores e consumidores”. Ele disse, ainda, temer que a investida “afaste os chineses das negociações”.

Comunicado da Associação de Vestuário e Calçados registrou que “adicionar esses custos adicionais para as famílias americanas trabalhadoras é realmente chocante” e conclamou o Congresso a usar sua autoridade em relação às políticas comerciais dos EUA.

O presidente da entidade, Rick Helfenbein, classificou de “extremamente preocupante” que a tuitada houvesse sido cometida imediatamente após a primeira reunião com a delegação chinesa depois da retomada das negociações.

Reprovação, ainda, do Conselho da Indústria da Tecnologia da Informação, cujo presidente, Jason Oxman, pediu a Trump e sua equipe que redirecionem seu foco para “fechar um acordo de longo prazo sem usar as carteiras dos americanos como alavancagem”.

Ele apontou que as tarifas já em vigor custaram aos consumidores, trabalhadores e empresas de todos os tamanhos dos EUA mais de US\$ 30 bilhões, “dano que seria exacerbado por esse aumento tarifário sem precedentes”.

A mídia da China desancou Trump e suas tuitadas com vontade. “Tarifas não vão ajudar os EUA a vender 1 kg a mais de soja”, afirmou em editorial o Global Times, publicado em língua inglesa e usado por Pequim como megafone. O editorial também fez menção a um velho provérbio chinês: “coma lentamente o tofu quente”.

Acrescenta o jornal que “tentativas de intimidar a China com tarifas são fúteis. Quanto mais tarifas sobre a China, mais dor os EUA sofrerão. Isso não pode ser encoberto por mentiras dos EUA contra as leis básicas da economia. As ações dos EUA despencaram depois que as novas tarifas foram anunciadas.

ANTONIO PIMENTA
Matéria completa em www.horadopovo.org.br

Venda da Embraer à Boeing é crime contra o Brasil, alerta engenheiro do ITA - (1)

“É necessário interromper imediatamente esta ilegalidade”, conclama o militar e professor Wagner Farias da Rocha

SÉRGIO CRUZ

O engenheiro aeronáutico **Wagner Farias da Rocha**, professor do Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA), especialista em projeto, certificação e transferência de tecnologia aeronáutica, alerta enfaticamente o país e todas as autoridades brasileiras para um dos maiores crimes já cometidos contra o Brasil, contra a sua indústria – e, especialmente, contra a sua aeronáutica: a venda da Embraer para a Boeing.

Farias da Rocha apresentou esses alertas durante audiência pública realizada pelo Supremo Tribunal Federal e em cartas dirigidas a todas as autoridades com poder de decisão no país.

A **Hora do Povo** recebeu do professor Wagner Rocha os documentos apresentados por ele às autoridades. **No site, os leitores poderão acessá-los na íntegra.**

Mostra o engenheiro que **“a transferência do controle das atividades de engenharia, produção e comercialização da Embraer para organizações estrangeiras – apresentadas ao público, de forma irregular, onde essa transferência de controle se limitaria aos produtos da Aviação Comercial – resultará na perda da capacidade da Embraer de projetar e produzir novos tipos ou modelos de aeronaves, incluindo aeronaves militares e executivas”.**

O que está sendo apresentado, aponta Wagner Farias, como uma “parceria” entre duas empresas, nada mais é do que a aquisição pura e simples da Embraer pela Boeing.

Em sua opinião, o que está ocorrendo é um “crime de Lesa-Pátria”.

FALSA JOINT VENTURE

No documento, inicialmente dirigido ao ministro Ricardo Lewandowski, do STF, Wagner Rocha explica que a palavra “irregular”, para definir a venda, foi escolhida no seu sentido semântico, no sentido de algo **“que não segue regras gerais”**, conforme definido no Dicionário do Aurélio, referência da Língua Portuguesa.

Neste caso específico a regra geral violada se caracteriza pela diferença entre as premissas utilizadas e o fato concreto.

As premissas utilizadas – ou declaradas – são as seguintes:

1 – a criação de uma joint venture;

2 – escopo restrito a aeronaves comerciais.

São esses os parâmetros remetidos para análise dos Agentes Públicos.

O fato concreto é a celebração de um memorando de entendimento que transfere para a concorrente Boeing o controle de:

1 – os recursos de engenharia e

2 – os meios de produção; ambos aplicáveis a todos segmentos de produtos.

Mas eles **não correspondem ao fato concreto.**

O fato concreto é a celebração de um memorando de entendimento que transfere para a concorrente Boeing o controle de:

1 – os recursos de enge-



nharia;

2 – os meios de produção.

Ambos são aplicáveis a **todos** os segmentos de produtos – **inclusive à produção de aeronaves militares e executivas.**

O **fato concreto** (a entrega dos recursos de engenharia e meios de produção à Boeing), portanto, nada tem a ver – **é oposto** – às premissas (joint venture e a suposta restrição da venda ao setor de aeronaves comerciais), enviadas para análise.

“Em resumo: se informa uma coisa e se realiza outra”.

MEMORANDOS NÃO DIZEM A VERDADE

O engenheiro aeronáutico mostra que há irregularidade na apresentação do ‘Memorando de Entendimento’ entre as duas empresas e no Comunicado do administrador da Embraer aos funcionários e acionistas.

Aí, é claro que o que está sendo feito nada tem a ver com o que foi dito nos memorandos.

No primeiro documento, ele destaca o seguinte trecho:

“O acordo não-vinculante propõe a formação de uma joint venture que contempla os negócios e serviços de aviação comercial da Embraer, estrategicamente alinhada com as operações de desenvolvimento comercial, produção, marketing e serviços de suporte da Boeing. Nos termos do acordo, a Boeing detém 80% da propriedade da joint venture e a Embraer, os 20% restantes”.

No documento dirigido aos funcionários, ele destaca o seguinte trecho:

“É com grande satisfação que anuncio a vocês que assinamos um Memorando de Entendimento com a Boeing, visando formar a mais importante parceria estratégica da indústria aeroespacial mundial, fortalecendo ambas as empresas e sua posição de liderança no mercado mundial.”

“Quanto às unidades, inicialmente já tomamos as seguintes decisões: ficarão com a joint venture da aviação comercial as unidades Faria Lima, EDE, Taubaté, Évora e Nashville.”

“As unidades de Gavião Peixoto, Botucatu, Eugênio de Melo, OGMA e Melbourne ficam com certeza na Embraer. Com relação às demais unidades e escritórios, ainda estamos definindo a melhor estratégia”.

A seguir o especialista especifica cada unidade, com quem vai ficar, e a sua função.

I – Unidades a serem controladas pela Boeing:

Embraer Faria Lima – Unidade situada próxima ao aeroporto de São José dos Campos. **Nesta unidade**



está presente a maior parte da Engenharia de Projeto e Produção Aeronáutica da Embraer;

Embraer EDE – Unidade onde são projetados e produzidos trens de pouso e componentes, incluindo aqueles aplicáveis à **Embraer Defesa e para a aviação executiva.**

Fábrica de Évora (Por-

tugal) – Unidade especializada em **materiais compostos de alto desempenho.**

II – Unidades que permaneceriam sob controle da Embraer:

Embraer Eugênio de Melo – unidade onde são realizados ensaios e testes de desenvolvimento.

O que está sendo apresentado, aponta Wagner Farias, como uma “parceria” entre duas empresas, nada mais é do que a aquisição pura e simples da Embraer pela Boeing. Em sua opinião, o que está ocorrendo é um “crime de Lesa-Pátria”. No alto, o E195, jato da Embraer que bateu, no mercado mundial, o Boeing 737 700MAX e o Airbus A319NEO (foto: Embraer). Ao lado, o engenheiro Wagner Farias da Rocha e, abaixo, uma das unidades da empresa, a Embraer Faria Lima, situada próxima ao aeroporto de São José dos Campos, em São Paulo

É evidente que **as unidades que seriam entregues à Boeing não se relacionam apenas à produção de aeronaves comerciais** – o que já seria uma tragédia para o nosso país – **mas também ao setor militar e executivo.**

Embraer superou aeronaves da Boeing

O professor Farias da Rocha frisa que existe uma difusão de informações, onde se afirma que a Embraer atua na aviação regional.

Mas essa afirmação já não é mais verdadeira.

Tomemos, como exemplo, o mercado brasileiro.

A empresa Azul opera aeronaves Embraer; a Gol, aeronaves Boeing; e a Latam, aeronaves Airbus. Essas empresas concorrem nas **mesmas rotas dentro do Brasil.**

Não há, na prática, mais diferença entre o mercado da Boeing, da Airbus e da Embraer.

Daí, inclusive, o avanço da Embraer nesse mercado, em relação a essas concorrentes.

É o que veremos em seguida.

Leia a íntegra no site [Continua na próxima edição](#)